



# PESSOAS e LUGARES

## Atraso na reforma da PAC

Parlamento Europeu, Conselho de Ministros da UE e Comissão Europeia alcançaram acordo.

p.3

## FIA celebrou 25 anos

Artesanato e gastronomia atraem milhares de visitantes.

p.7



# Impacto dos programas comunitários no desenvolvimento dos territórios rurais

Foto: Ricardo Liberato

## Uma rota por vulcões, caldeiras e lagoas nos Açores

Beleza adormecida

p.22-23



## Escolher caminhos indutores do progresso

Entrevista com  
Augusto Mateus

p.14-18

Analisar o impacto dos programas comunitários no desenvolvimento dos territórios rurais é uma tarefa de enorme complexidade.

A evolução das comunidades revela de forma muito clara, e desde há séculos, uma tendência clara de urbanização dos estilos de vida, acompanhada de um processo de crescente desvalorização e desconstrução do meio rural e das suas dinâmicas comunitárias. Na Europa esta dinâmica dicotómica é uma evidência que transformou, ao longo das últimas décadas, os territórios rurais em espaços dedicados à produção (muitas vezes intensiva) de bens essenciais à indústria transformadora, focalizada na satisfação das necessidades alimentares de uma população com níveis de consumo cada vez mais significativos. Este cenário tem exercido uma enorme pressão sobre o espaço rural, relegando para segundo plano outras realidades que, sendo fundamentais numa perspetiva de um desenvolvimento coerente, centrado nas pessoas e nas suas comunidades, e numa abordagem correta aos seus recursos, nem sempre são interessantes numa lógica de mercado.

E se é verdade que não há desenvolvimento rural sem as atividades económicas ligadas ao principal ativo dos espaços rurais – a terra –, também é verdade que uma agricultura desligada e pouca atenta ao território e às suas comunidades se configura mais como uma para-indústria cuja localização é mais ou menos indiferente.

Talvez por toda esta complexidade do espaço rural, mas também pelo reconhecimento da sua importância na sociedade atual, a União Europeia acrescentou (ainda não há muito tempo) à Política Agrícola Comum a temática do Desenvolvimento Rural.

De facto, o meio rural carece, por um lado, de políticas públicas e programas nacionais que assumam a satisfação das suas necessidades específicas (situação que não tem acontecido), mas, por outro lado, requer intervenções com uma abordagem local e integrada que promovam, numa lógica de animação territorial, os diferentes ativos do território.

Os fundos comunitários desempenharam em Portugal, nestas últimas duas décadas, um papel determinante na prossecução dos objetivos de algumas políticas públicas e representaram importantes investimentos nos territórios rurais, tendo permitido a resolução de algumas necessidades ao nível de equipamentos básicos (escolas, centros de saúde, espaços desportivos e culturais, mercados, etc.), da educação, da qualificação de recursos humanos, das comunicações, entre outros. Todavia não conseguiram

evitar, de forma sustentada e estruturante, processos crescentes de despovoamento, de envelhecimento da população, de degradação dos recursos e de anemia da economia local. Não podemos esquecer, também, os problemas de sustentabilidade e de utilidade de muitos dos equipamentos construídos com os apoios comunitários e cuja existência se configura claramente como um resultado negativo de complexa solução.

Podemos concluir, portanto, que os resultados alcançados com os programas comunitários ficaram aquém das expectativas e das necessidades que foram sendo identificadas. Cabe-nos agora adotar uma nova abordagem no próximo período de programação e atender a outras dimensões que consideramos fundamentais em processos de desenvolvimento dos territórios, e que, quanto a nós, implicam necessariamente uma abordagem local centrada em parcerias ativas mobilizadoras de recursos.

Os resultados positivos alcançados pela abordagem LEADER (apesar da timidez dos recursos que lhe foram sendo consignados e dos enormes constrangimentos que acompanharam a sua disseminação), revelam uma metodologia de trabalho com enormes potencialidades. A sua abordagem integrada, a gestão territorializada, a criação de parcerias locais ativas e a abordagem *bottom-up*, conjuntamente com a capacidade técnica dos Grupos de Ação Local que a implementam, levou ao reconhecimento, a nível europeu, de que os programas comunitários podem ter os seus resultados exponenciados, se for aplicada aos restantes fundos a abordagem utilizada pelo LEADER.

Foi essa conclusão que levou à proposta de criação, no âmbito do próximo período de programação, de uma abordagem territorializada (DLBC), que poderá permitir a construção de Estratégias de Desenvolvimento Local em cada território, com a integração e articulação dos vários fundos estruturais.

Os 20 anos de experiência LEADER em Portugal são reveladores do muito potencial que esta abordagem possui. Será um grande desafio para todos os intervenientes no processo de desenvolvimento do país, que certamente estarão empenhados em aproveitar esta grande oportunidade.



Regina Lopes  
Diretora

## PESSOAS E LUGARES

N.º 12 . julho 2013 . III série . Bimestral

### Propriedade

MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local  
Rua Bartolomeu Dias, 172 D, 1.º Esq.  
1400-031 Lisboa  
T. +351 217 819 230  
F. +351 217 819 232  
E. minhatterra@minhaterra.pt  
http://www.minhaterra.pt

### Diretora

Regina Lopes

### Editor

Luís Chaves

### Conselho Editorial

Federação MINHA TERRA (Regina Lopes, Luís Chaves, Paula Matos dos Santos), PRODER (Ana Paula Carvalho), RRN (Ana Pires da Silva), PRORURAL (Maria José Aranda e Silva), Empower (Henrique Baltazar)

### Redação

Henrique Baltazar (Empower), Paula Matos dos Santos, Raquel Gorjão (Empower)

### Colaboraram neste número

David Leandro, Gabriela Ventura

### Fotografias

ADIRN, ADRAMA, ADRITEM, DOURO SUPERIOR, DUECEIRA, MONTE, Luís Pedroso/MINHA TERRA, Paula Matos dos Santos, Ricardo Liberato (capa), ROTA DO GUADIANA, TERRAS DO BAIXO GUADIANA, TERRAS DE SICÓ.

Rota: Hannah (Pico), José Luís Ávila Silveira e Pedro Noronha e Costa (Caldeirão, Corvo), Loes van Voorthuysen (Vulcão de Santa Bá Mário Diogo (Sete Cidades, São Miguel), Matias Raita (Faial da Terra, São Miguel), MBBL (Furnas, São Miguel), Os Montanheiros (Algar do Carvão, Terceira).

### Desenho gráfico e paginação

Álvaro Góis (Empower)

### Impressão

Europress

### Tiragem

6 000 exemplares

### Depósito Legal

331087/11

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.

Alguns URL foram reduzidos com o goo.gl, da Google, para facilitar a leitura.



minha terra  
por um novo mundo rural

www.minhaterra.pt



Foto: Tiago Miranda

# Atraso na reforma da PAC

O Parlamento Europeu, o Conselho de Ministros da UE e a Comissão Europeia alcançaram um acordo sobre uma reforma da Política Agrícola Comum (PAC) pós-2013, aprovado por estas entidades no passado dia 26 de junho.

Para o Comissário Europeu da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Dacian Cioloș, “este acordo conduzirá a alterações profundas: tornará mais justos e mais ecológicos os pagamentos diretos, reforçará a posição dos agricultores na cadeia alimentar e tornará a PAC mais eficaz e mais transparente.”

Entre as novidades, o acordo prevê: que os meios de apoio à investigação, à inovação e à partilha dos conhecimentos sejam duplicados; que os programas de desenvolvimento rural sejam coordenados com os outros fundos europeus e a abordagem por eixo

seja substituída por uma abordagem estratégica nacional ou regional mais flexível; que seja posto à disposição dos Estados-Membros que o desejem um regime simplificado de ajudas para os pequenos agricultores; e que todas as ajudas da PAC serão tornadas públicas, com exceção dos montantes muito baixos atribuídos aos pequenos agricultores.

Para reforçar a componente ecológica, prevê-se também que nas medidas relacionadas com o ordenamento do território e a luta contra as alterações climáticas os Estados-Membros gastem pelo menos 30 por cento dos seus fundos para o Desenvolvimento Rural, provenientes do orçamento da UE.

No que respeita ao LEADER, está prevista a promoção da sua flexibilidade, para permitir a combinação com outros fundos em zonas locais e a coo-

peração ruralurbana. O LEADER passará a ser utilizado como abordagem comum para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária pelos seguintes fundos: FEDER, FSE, FEAMP (peças) e FEADER.

A dotação do LEADER em cada Estado-Membro deverá ser, no mínimo, cinco por cento do valor atribuído ao Desenvolvimento Rural, sendo agora dado maior ênfase às ações de sensibilização e outras ações de apoio preparatório a estratégias.

## Conflito entre instituições

Apesar do acordo alcançado, a decisão final sobre a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) não está ainda tomada. De acordo com o Tratado de Lisboa, o Parlamento Europeu

tem de aprovar a proposta. Tendo isso em conta, o eurodeputado Capoulas Santos, que está mandatado pelo Parlamento Europeu para negociar em seu nome, pretende negociar os envelopes financeiros dos países e outros aspetos que o Parlamento pretendia ver aprovados. Mas os presidentes da Comissão, Conselho e Parlamento, num acordo que Capoulas Santos alega violar o Tratado de Lisboa, acordaram que seriam os Chefes de Estado e os Ministros da Agricultura a decidir o orçamento comunitário.

Esta discussão ameaça atrasar ainda mais a entrada em vigor da PAC, tanto mais que as negociações só deverão ser reatadas em setembro.

Para o Secretário de Estado da Agricultura, José Diogo Albuquerque, apesar de o atraso ser penalizador, “o orçamento da PAC para Portugal pode sair reforçado, pois o eurodeputado Capoulas Santos poderá tentar fazer valer a sua proposta do Parlamento que era mais favorável para Portugal, num ganho de cerca de 350 milhões de euros.”



## Ano Internacional da Agricultura Familiar

Em reconhecimento da contribuição da agricultura familiar para a segurança alimentar e para a erradicação da pobreza no mundo, a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu que 2014 será o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF).

O principal objetivo é conseguir ter políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento sustentável de sistemas de produção agrícola baseados em unidades familiares, fornecer orientações para pôr em prática essas políticas, incentivar a participação de organizações

de agricultores e despertar a consciência da sociedade civil para a importância de apoiar a agricultura familiar.

Para organizar as atividades do Ano, foi criado o Comité Mundial de Acompanhamento do AIAF 2014, com a participação de 12 Estados-Membros da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), além de representantes de agências da ONU, do Fórum Mundial Rural, da União Europeia, de organizações de produtores e do setor privado.

Foto: CIMMYT

## Aprovada a lei de bases da Economia Social

Após um longo processo legislativo, o Parlamento aprovou por unanimidade a lei de bases da Economia Social, que estabelece o regime jurídico e as medidas de incentivo ao setor e perspectiva a revisão de toda a legislação do seu enquadramento. O documento, publicado a 8 de maio, tem como objetivo “fortalecer a Economia Social e remover obstáculos ao desenvolvimento das suas reais potencialidades”, num quadro legislativo que “seja transparente, coerente e adequado à realidade e exigências da sociedade”.

A lei de bases define o setor da Economia Social, abrangendo misericórdias, cooperativas, fundações, associações mutualistas, instituições particulares de solidariedade social, associações “com fins altruísticos” desportivas, recreativas, culturais e do desenvolvimento local, num universo de cerca de 55 mil organizações.

O diploma prevê ainda que as entidades da Economia Social beneficiem de um estatuto fiscal mais favorável definido por lei, cabendo ao Estado fomentar a criação de mecanismos que permitam reforçar a autossustentabilidade económico-financeira destas organizações, facilitar a criação de novas entidades e apoiar a diversidade de iniciativas próprias do sector.

<http://goo.gl/SpCXz>

# Congresso Internacional debate Economia Social

O papel da Economia Social no atual contexto de crise marcou o debate do “I Congresso Internacional – A Economia Social nos desafios do século XXI”, que reuniu governantes

e representantes de várias organizações do setor, no dia 29 de junho, em Cascais.

A importância das entidades da Economia Social foi amplamente defendida neste

Congresso, representando atualmente 4,2 por cento do PIB português e sendo responsável por 5,5 por cento do emprego remunerado no país, de acordo com os últimos dados disponíveis, divulgados na Conta Satélite da Economia Social, referentes a 2010. A intervenção destas organizações é cada vez mais abrangente, não se limitando às questões de emergência e solidariedade social, mas também às questões do desenvolvimento e, em particular, do desenvolvimento local.

Presente no encerramento do Congresso, Pedro Passos Coelho defendeu a “aposta estratégica” na Economia Social para que “haja uma sociedade que não deixe ninguém para

trás”. O Primeiro-Ministro afirmou prever a “criação de 400 postos de trabalho ao serviço das entidades da economia social” face aos “80 novos contratos locais de desenvolvimento social” assinados, com um investimento de “20 milhões de euros”.

O I Congresso Internacional foi organizado pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, com o apoio da Câmara Municipal de Cascais, da Cooperativa António Sérgio da Economia Social, do IES e do Montepio. Contou com a presença de governantes de Espanha, Brasil, Letónia, Angola, Timor-Leste e Colômbia, entre outros.



## Projeto E-FINANCE

### Instrumentos de engenharia financeira na PAC pós-2013

As principais conclusões do projeto, que visa contribuir para a tomada de decisão relativa ao modelo de financiamento dos projectos agrícolas e de desenvolvimento rural no futuro quadro de programação de fundos comunitários, foram apresentadas num seminário, realizado a 26 de junho

no auditório da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), em Lisboa.

O E-FINANCE é um projeto realizado por uma parceria constituída pelo Gabinete de Planeamento e Políticas do MAMAOT, a CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal, a CONFAGRI –

Confederação das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal e a MINHATERRA – Federação Portuguesa das Associações de Desenvolvimento Local, com o apoio do Programa para a Rede Rural Nacional.

As conclusões a que os parceiros chegaram relativamente à utilização de instrumentos financeiros na PAC pós 2013 revelam que os vários instrumentos financeiros disponíveis, como o capital de risco, as garantias mútuas e o microcrédito, entre outros, podem ser importantes para

alguns beneficiários, mas a sua utilização não deve ser considerada solução única. Deverá equacionada conjuntamente, ou em alternativa, total ou parcial, à concessão de subvenções a fundo perdido.

No seminário, os representantes da parceria enfatizaram este aspeto, realçando que quer pelas características dos projetos apoiados como das realidades territoriais em que se inserem, estes deverão continuar a beneficiar de apoios a fundo perdido. Na sequência do contributo dado pelo estudo, é importante dar continuidade à divulgação dos instrumentos de engenharia financeira para que os empreendedores rurais possam considerar essas possibilidades, num quadro de dinamismo que tem caracterizado os territórios rurais e face à previsível escassez de recursos financeiros.

<http://www.minhaterra.pt/spip.php?article1638>

## Feira Agroflorestal em Ponte de Sor

Organizada pela LEADERSOR, com apoio da AFLOSOR, de 5 a 7 de julho, por ocasião das Festas da Cidade, apresentou as múltiplas realidades e propiciou contactos entre os profissionais do sector agroflorestal. A iniciativa contemplou, entre outras atividades, a realização, dia 5, do colóquio “Perspetivar o Montado”. Gestão & Ambiente, Economia e Políticas foram os temas em debate no encontro que contou com a presença do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural.

## “Sons e tons da Lusofonia” em São Pedro do Sul

Gastronomia, música, dança, artesanato, pintura, contos e jogos tradicionais foram as áreas temáticas da iniciativa da ADDLAP, realizada a 29 e 30 de junho, no âmbito da cooperação LEADER – projeto “Cooperar em Português”. Para debater a importância da Lusofonia na atualidade e o papel dos parceiros em múltiplas formas de cooperação, a associação organizou dia 29, a conferência “O valor cultural e económico da língua portuguesa”, com a participação de diversas entidades dos PALOP.

## CORANE dá a conhecer o lobo

Para levar as pessoas a saber mais sobre o lobo, as suas zonas de povoamento, histórias e lendas associadas a este animal que “ainda assusta as populações rurais com os seus ataques”, CORANE vai desenvolver um conjunto de aplicações para smartphones e tablets.

A iniciativa, inserida no projeto transnacional WOLF: Wildlife and Farmers “Lobo: Vida Selvagem” pretende implementar roteiros ambientais, de modo a sinalizar estruturas e trilhos associados ao lobo e todo o património etnográfico a ele ligado.

## Jornadas Técnicas em Santa Comba Dão

Promovidas pela ADICES, numa organização conjunta das ADL parceiras dos projetos Cooperar em Português e Lusofonia e Desenvolvimento Rural, dia 24 de junho, com apoio da AICEP, juntaram técnicos e dirigentes das associações de desenvolvimento local e entidades congêneres do Brasil e Moçambique, e empresários dos três países. O encontro, organizado numa lógica de oficina, permitiu às diversas organizações aprofundar os conhecimentos sobre os mercados lusófonos, aproveitando a dinâmica da Lusofonia.

# ADL promovem sabores e saberes do mundo rural

Vinho, azeite, queijos, enchidos, doces, mel e licores, entre muitos outros sabores dos territórios rurais, estiveram em destaque no stand da MINHA TERRA na 50.ª Feira Nacional de Agricultura, realizada de 8 a 16 de junho, em Santarém.

O espaço da MINHA TERRA, integrado no Salão “Prazer de Provar” e dinamizado pelas Associações de Desenvolvimento Local (ADL) federadas e seus parceiros territoriais, voltou a revelar-se um palco privilegiado para a divulgação e promoção dos produtos agroalimentares, do artesanato e turismo, entre outros sectores fortemente

ancorados nas economias locais.

Mais de 30 produtores de todo o país “animaram” o stand da MINHA TERRA ao longo da semana, proporcionando mostras e degustações de produtos de grande qualidade, dos mais tradicionais aos mais inovadores, e atraindo a atenção dos visitantes, cada vez mais conscientes para a importância da produção e consumo de produtos nacionais.

A ministra da Agricultura, Assunção Cristas, que inaugurou o certame, dando conta do bom desempenho do sector agrícola, com um crescimento

das exportações de 7 por cento registado entre fevereiro e abril, comparativamente com os números do mesmo período do ano passado, foi uma das personalidades recebidas no stand da MINHA TERRA, ilustrativo das iniciativas apoiadas pelas ADL no âmbito da Abordagem LEADER dos programas de desenvolvimento rural do Continente (PRODER), Madeira (PRODERAM) e Açores (PRORURAL), que atestam o dinamismo dos territórios rurais.

A presença da MINHA TERRA na 50.ª Feira Nacional de Agricultura/60.ª Feira do Ribatejo – que registou

uma forte afluência de público, com mais de 178.000 visitantes – permitiu contribuir para o conhecimento dos territórios rurais, assim como dos resultados das políticas de desenvolvimento rural, reafirmando a intervenção das ADL.

Numa altura em que já são conhecidas as diretrizes da nova Política Agrícola Comum (PAC), a participação visou também promover a reflexão e o debate sobre os desafios que se colocam aos territórios rurais no período 2014-2020 e às 53 ADL que gerem a aplicação do LEADER em Portugal.

## Congresso do Vinho e do Mundo Rural em Santarém

O Centro Nacional de Exposições, em Santarém, acolheu o Congresso do Vinho e do Mundo Rural, no passado dia 11 de junho, que teve lugar no âmbito da 50.ª Feira Nacional da Agricultura. O evento foi organizado pela AMPV – Associação de Municípios Portugueses do Vinho, com a colaboração de mais de uma dezena de entidades dos setores agrícolas e do desenvolvimento rural nacional, entre as quais a Federação MINHA TERRA. O congresso foi o culminar de um conjunto de 10 fóruns regionais que, desde 2012, foram realizados em todas as regiões do país para discutir importantes temas ligados ao vinho.

<http://goo.gl/7wYgG>



### APRODER e CHARNECA na Feira do Livro de Lisboa

As associações, em colaboração com a CVR do Tejo, aproveitaram a oportunidade para dinamizar ações de promoção de vinhos e de outros produtos do Ribatejo. A participação na 83.ª Feira do Livro de Lisboa, que decorreu de 23 de maio a 10 de junho, foi enquadrada no projeto de cooperação LEADER “Ribatejo - Promover para Vender”, que tem por principal objetivo divulgar e promover o património natural e cultural, assim como as produções de ambos os territórios.

### RUDE promove Feira do Mundo Rural

Integrada na Feira de S. Tiago, a 2.ª edição do evento constituiu uma excelente oportunidade para divulgar e promover os projetos e iniciativas apoiadas pela associação no âmbito da Abordagem LEADER do PRODER. Comemorando 602 anos de existência a Feira de S. Tiago, realizada de 12 a 18 de julho, é de grande importância para o concelho da Covilhã ao nível da promoção dos produtos locais e da indústria da região, contando com a participação de expositores de todo o país e milhares de visitantes.

### ReAlimentar promove Oficina de Trabalho

A ReAlimentar – Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional organizou uma oficina de trabalho sobre o “Direito Humano à Alimentação Adequada e Desenvolvimento Territorial: Desafios para 2014-2020”, em Coimbra, no dia 24 de junho. A iniciativa serviu para partilhar experiências e aprofundar o debate, tendo em vista a implementação de programas e projetos de desenvolvimento territorial em Portugal, com base na abordagem do Direito Humano à Alimentação Adequada, da CPLP.

<http://goo.gl/gktbM>

### Nordeste Transmontano tem nova marca

“Try Nordestin” é a nova marca que pretende aglutinar toda a oferta do território de intervenção da CORANE e servir de base à promoção externa. Agregar produtos turísticos e dar a conhecê-los ao público, através de uma mesma plataforma, é uma forma de alicitar os visitantes para experimentar o que a região tem para oferecer.

Funcionando como “uma marca, um movimento, um destino, um território”, o novo nome pretende promover o nordeste transmontano como um verdadeiro destino turístico a nível internacional.

## Seminário “Promover para vender”

O seminário “Promover para Vender”, promovido pela APRODER – Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo e pela CHARNECA - Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana, teve lugar no passado dia 28 de junho, em Santarém.

A iniciativa realizou-se no âmbito do projeto de cooperação LEADER com o mesmo nome, que procura divulgar e promover o património natural e cultural dos territórios de intervenção das duas associações. “Promover para vender” incidiu sobre a análise e a discussão de novas formas de prosseguir com o desenvolvimento baseado na sustentabilidade da economia e da qualidade de vida das populações.

O programa apresentou uma diversidade de temas que vão desde a qualidade dos produtos agroalimentares à promoção turística, passando pela importância da promoção e marketing para o desenvolvimento rural. Os participantes contaram com as intervenções da Diretora Regional de Agricultura de Lisboa e Vale do Tejo, da coordenadora da APRODER, do Presidente da CVR do Tejo, da Diretora do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo e da Chefe de Divisão de Internacionalização e Promoção do Gabinete de Políticas e Planeamento do MAMAOT.

## “Há Festa na Aldeia” cria atratividade para territórios rurais



“Há Festa na Aldeia” é um projeto pioneiro de desenvolvimento do território promovido pela ADRITEM – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria, em parceria com os municípios de Albergaria-a-Velha, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, Valongo e a Junta de Freguesia de Lomba (Gondomar). O projeto visa construir um foco de atratividade para regiões rurais com características específicas. As aldeias de Areja, Couce, Porto Carvoeiro, UI e Vilarinho de S. Roque são os territórios que se encaixam no perfil proposto.

Apresentando um grupo de trabalho para cada aldeia, constituído por uma comissão de representantes para a construção e implementação de uma estratégia de desenvolvimento local da aldeia, a iniciativa propõe o envolvimento de toda a população a partir dos costumes e tradições – culturais e gastronómicas – como um dos objetivos.

Segundo a ADRITEM, “esta estratégia assenta na preservação da identidade local, estimulando o sentimento de pertença das populações residentes, criando uma atitude proactiva de integração nos projetos para que com tal enraizamento sociocultural se atinja uma nova e duradoura qualificação destas povoações que fazem parte da rede Aldeias de Portugal”.

Para além da valorização do património natural e paisagístico, o reforço do tecido económico, a criação de emprego, o desenvolvimento da vertente turística e a melhoria dos serviços sociais e culturais são os principais pilares deste projeto.

Os resultados dos trabalhos realizados serão dados a conhecer num evento realizado entre julho e setembro, em cada uma das cinco localidades, ambicionando conquistar novos visitantes e re- vigorar as terras e as gentes.



## Évora acolhe Feira de Empreendedorismo

Soluções de empreendedorismo, oportunidades de financiamento e reforço de competências é o mote da feira subordinada ao tema “Empreendedorismo: Desafios e Oportunidades no Alentejo Central”. A iniciativa foi organizada pelo MONTE – Desenvolvimento Alentejo Central, no espaço da Feira de São João, em Évora, entre os dias 20 e 30 de junho.

O evento, que integrou as várias iniciativas que o MONTE está a desenvolver

na promoção do emprego e no reforço da capacidade empreendedora na região, teve o propósito de aproximar empresários e futuros empreendedores a produtos e soluções inovadores, que possam conduzir à criação de empresas em territórios rurais.

A feira compreendeu sobretudo a apresentação de produtos, stands e mostras institucionais destinados aos empreendedores. Assim, permitiu dar a conhecer os instrumentos e financiamentos

disponíveis para apoiar as diferentes iniciativas, bem como um leque de experiências consideradas boas práticas na região.

De acordo com a organização, “no atual contexto socioeconómico torna-se pertinente a promoção de uma atitude proactiva face à situação de emprego, através da divulgação de instrumentos de apoio à criação de empresas e do conhecimento de alguns exemplos de experiências empreendedoras bem-sucedidas”.



# FIA: artesanato e gastronomia atraem milhares de visitantes

A Maria Isabel faz bonecos em pano que contam histórias... A Catarina tem Sabores com sabor a Alentejo. O Tiago é produtor de cereja em Sobreira Formosa. A Sílvia apresenta Arte e Doçura nas suas compotas e licores de mirtilo. A Manuela é a embaixadora por excelência do vinho, azeite e azeitonas do Monte da Colónia. Para o José a cortiça é uma matéria-prima maravilhosa. E para o Manuel a doçaria conventual de Arouca já não tem segredos.

Juntos, e em conjunto com outros produtores e artesãos oriundos dos territórios rurais

saberes-fazer tradicionais, os produtores tiveram nesta participação uma excelente oportunidade para contactar diretamente os consumidores, aferindo as suas necessidades e desejos, e para concretizar negócios.

Ao apoiar a presença dos seus parceiros territoriais na prestigiada feira – que conta com centenas de expositores dos cinco continentes e milhares de visitantes – as ADL divulgam as produções locais e os resultados de projectos apoiados.

Para a MINHA TERRA, a presença traduz-se na di-



de intervenção das Associações de Desenvolvimento Local (ADL) associadas na MINHA TERRA, dinamizaram, com o apoio do Programa para a Rede Rural Nacional, o espaço dedicado ao Desenvolvimento Local na 26.ª edição da Feira Internacional de Artesanato, que decorreu na FIL, em Lisboa, de 6 a 14 de julho.

Além de dar a conhecer os seus produtos e negócios, na maioria das vezes de cariz familiar e fortemente alicerçados na produção local e nos

vulgarção e afirmação da rede das 53 ADL responsáveis pela aplicação do LEADER no Continente, Açores e Madeira, contribuindo para o conhecimento dos territórios rurais e dos impactos das políticas de desenvolvimento rural.

“Um mundo de culturas” foi o mote desta edição que celebrou os 25 anos da FIA e teve Cabo Verde como país convidado.



## E-ARTE na FIA

A presença do projeto E-ARTE ficou marcada pelo lançamento do portal [eArtesanato.com](http://eartesanato.com) e do “Guia do Artesanato das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira”. A ação, realizada no dia 12 pelas associações promotoras do projeto – ADRI-MAG e ADRIMINHO – contou com a presença da Gestora do PRODER, Gabriela Ventura, que salientou o papel do artesanato no desenvolvimento dos

territórios rurais. O “Guia de Artesanato do Vale do Minho”, apresentado na ocasião, será lançado na Feira Nacional de Artesanato de Vila do Conde (27 de julho a 11 de agosto). No âmbito do projeto de Cooperação LEADER, que junta entidades de Cabo Verde e Brasil, está prevista, para breve, a apresentação do Guia de Artesanato de Cabo Verde.

<http://eartesanato.com>



## Congresso Internacional de Recursos Silvestres

Apresentar e debater as potencialidades, a gestão e a valorização dos recursos silvestres nas atividades económicas e de investigação como “valor integrado para a diferenciação nos processos de produção e transformação dos produtos locais de excelência” foi o principal objetivo do Congresso Internacional de Recursos Silvestres.

A Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM) e a Câmara Municipal de Almodôvar foram as entidades organizadoras desta iniciativa, que contou com a colaboração do Centro de Excelência para a Valorização dos Recursos Mediterrânicos (CEVRM).

O evento, que decorreu entre 6 e 7 de junho, foi promovido no âmbito da Estratégia de Eficiência Coletiva “Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo – Uma Estratégia para as Áreas de Baixa Densidade do Sul de Portugal”, que pretende contribuir para criar uma dinâmica de empreendedorismo na “valorização económica” dos recursos endógenos dos territórios de baixa densidade do Baixo Alentejo e interior do Algarve, com um foco maior nos recursos silvestres da região.

A riqueza do programa do congresso recaiu sobre a apresentação de casos internacionais de desenvolvimento territorial associados às potencialidades dos recursos silvestres, tema em debate no primeiro dia, bem como a investigação, inovação e novas tecnologias na transformação dos recursos silvestres. Os participantes puderam participar igualmente em três workshops dedicados ao mel e produtos apícolas, plantas aromáticas e medicinais, e medronho.

Para complementar a experiência, decorreu nos dois dias uma mostra e venda de produtos de recursos silvestres organizada pela Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, no âmbito do projeto Rota dos Recursos Silvestres.

<http://goo.gl/0Ltpg>

# “Cidadania para a Sustentabilidade”

“Cidadania para a Sustentabilidade” foi a conferência internacional organizada pela Câmara Municipal de Cascais, em parceria com o Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP), a

## “Esperança Democrática – 25 anos de Orçamentos Participativos no Mundo”

Lançado na conferência, o livro – organizado por Nelson Dias e editado pela IN LOCO – representa o esforço de mais de 40 autores, numa fascinante viagem pelos caminhos da inovação democrática em diferentes continentes. Os cerca de 10 anos de Orçamentos Participativos em Portugal são analisados num artigo inédito e detalhado. O prefácio é de Olívio Dutra, ex-Prefeito de Porto Alegre, que criou o Orçamento Participativo nessa cidade brasileira, em 1989.

Associação IN LOCO e a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa do Porto. A iniciativa decorreu de 3 a 5 de julho, no Centro de Congressos do Estoril, unindo dois importantes temas: a Cidadania e a Sustentabilidade.

Resultado da fusão entre a conferência anual do OIDP e a Conferência GLOCAL, Pensar Global, Agir Local, a conferência contou com a presença de inúmeros especialistas nas áreas da Cidadania e Sustentabilidade, Democracia e Orçamentos Participativos (OP).

Mais de 400 participantes, entre técnicos de associações de desenvolvimento local,

de autarquias, de agências de desenvolvimento, profissionais das áreas de ambiente e desenvolvimento local, estudantes, investigadores e cidadãos ativos associaram-se a este evento que deu a conhecer as melhores práticas em matéria de democracia participativa e sustentabilidade e promoveu o debate sobre o papel destas temáticas na nossa sociedade.

Os 25 anos dos Orçamentos Participativos no Mundo, os Desafios da Democracia no século XXI, a Democratização do Planeamento e a Democratização da Economia foram os principais temas dos três dias do programa.

Na sessão de abertura, o presidente da Câmara Municipal de Cascais destacou as características da “nova democracia”, a cidadania, a participação, a identidade e a ecologia, onde “cada um pode ser o catalisador da rutura tranquila”. Ainda no primeiro dia, Flor Avelino, do Instituto Holandês de Investigação para as Transições, descreveu a Transição para a Sustentabilidade como um processo participativo e de empowerment da sociedade civil, caracterizado por elevados níveis e complexidade e incerteza. Gilda Farrel, do Conselho da Europa, falou da mobilização dos cidadãos e dos recursos, a

nível local, para reduzir a pobreza e a exclusão social, num contexto de crise.

A sessão plenária do segundo dia proporcionou uma visão abrangente sobre os 25 anos de OP no Mundo, com a apresentação de exemplos de África, América Latina, América do Norte e Europa.

O último dia da conferência, sob o tema “Democratização da Economia – as Moedas Sociais”, ficou marcado pela passagem de testemunho de Cascais para a cidade de Canoas, no Brasil, que irá acolher, em 2014, a XIV conferência do OIDP.



## Seminário Internacional de Enoturismo no Douro

A cidade do Lamego acolheu o “Douro Wine Tourism International Seminar”, uma organização conjunta da BEIRA DOURO – Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro, da Associação do DOURO HISTÓRICO e da DOURO SUPERIOR – Associação de Desenvolvimento. A iniciativa antecedeu a inauguração do evento enogastronómico “Taste Douro”, que decorreu no Museu de Lamego.

O dia 7 de junho foi marcado pela apresentação e debate dos estudos de caso relacionados

com o enoturismo, com a colaboração de especialistas oriundos de Portugal, Espanha, França e Estados Unidos. O programa contou ainda com a apresentação do novo “Guia de Enoturismo do Douro” e o lançamento da aplicação “Manual de Boas Práticas de Enoturismo” respeitante à região do Douro.

É sabido que o Douro tem ainda muito potencial em matéria de promoção e agilização de serviços de enoturismo, mas o seminário ajudou a concluir que o trabalho em

rede, a cooperação entre os diversos agentes económicos e institucionais que operam na região e a produção de novas ferramentas de comunicação poderão potenciar os fatores de atração de novos públicos à região.

A norte-americana Melba Allen, que lidera uma agência de promoção do conhecimento sobre vinho, a Oeno, apresentou alguns exemplos de como aproximar públicos a vinhos, e produtores de vinhos a regiões vitivinícolas, ao passo que Diane Letulle, do blogue

“Wine Lover’s Journal” enumerou algumas estratégias de sucesso para um conjunto de experiências relacionadas com o enoturismo.

O país vizinho esteve representado pela diretora de Marketing e Relações Públicas das Bodegas Muga, Ana López-Cano, que evidenciou alguns fatores que contribuem para o sucesso do enoturismo na conjuntura espanhola. Os portugueses João Roquette, administrador da Herdade do Esporão, e João Soares, produtor da Herdade da Malhadinha

Nova, ambos no Alentejo, focaram o seu trabalho e os planos de enoturismo desenvolvidos, projetos considerados como bons exemplos do que é possível fazer em Portugal.

O seminário internacional integrou ainda as novas ferramentas de comunicação relacionadas com o Douro, nomeadamente as aplicações móveis, a apresentação de um novo [website](http://dourowinetourism.com) e de um manual de boas práticas.

<http://dourowinetourism.com>



# Diferentes entre Iguais – Plano para a Igualdade

No passado dia 26 de junho, teve lugar em Serpa, na Biblioteca Municipal, o seminário de encerramento do projeto Diferentes entre Iguais – Plano para a Igualdade, promovido pela Rota do Guadiana, ao abrigo da medida 7.2 do POPH.

O seminário realizou-se em parceria com o município de Serpa e teve como objetivos disseminar os resultados alcançados com o projeto bem como sensibilizar para a importância da igualdade de género nas organizações públicas e privadas. Estiveram presentes diversas associações congêneres que partilharam as suas experiências no âmbito da igualdade de género, bem como o município de Serpa que trouxe uma visão integrada da temática para o concelho, visível nas diversas iniciativas levadas a cabo no âmbito da Rede Social.

No debate foram trocadas ideias sobre várias das manifestações de desigualdade que ainda hoje permanecem, sendo de destacar a função dos estereótipos que nos conduzem facilmente, e muitas vezes de forma inconsciente, à tomada de posições e adoção de comportamentos que favorecem as desigualdades.

Destacaram-se como procedimentos generalistas a adoção da linguagem inclusiva e não discriminatória, bem como a importância de se trabalhar com os jovens, os professores e a escola no seu todo para o desenvolvimento e adoção de práticas e iniciativas educativas onde a dimensão de género possa ser trabalhada.

Formar cidadãos livres de preconceitos, atitudes e comportamentos discriminatórios é o mote para alguns projetos que estão pensados para o concelho de Serpa.

A par destas iniciativas, no mês de julho decorrerá em Serpa, uma sessão prática de formação para a elaboração de planos municipais para a igualdade, prevenção e combate à violência doméstica, destinado aos técnicos das redes sociais. A iniciativa é da CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, cabendo à Rota do Guadiana e município de Serpa a dinamização local do evento.

O projeto permitiu a edição de um livro com o mesmo nome, que pode ser adquirido mediante contacto por [email](mailto:rotai@rotaguadiana.org).

[rotai@rotaguadiana.org](mailto:rotai@rotaguadiana.org)



## 10 anos a Cooperar em Português

Assinalando os 10 anos do “Cooperar em Português”, a parceria do projeto de cooperação – constituída por 18 Associações de Desenvolvimento Local e apoiada pela medida LEADER do PRODER – organizou a 20 e 21 de junho, em Coimbra, o III Fórum de Desenvolvimento Local em Língua Portuguesa.

Reunindo mais de 100 participantes, das associações da parceria e entidades congêneres do Brasil, Moçambique e Cabo Verde, o fórum representou um momento fulcral do projeto que tem vindo a afirmar-se como uma plataforma de reflexão e discussão sobre a temática do desenvolvimento local no mundo que fala em Português.

Fortalecer esta rede de Pessoas, Projetos e Organizações, consolidando o trabalho já desenvolvido e a própria parceria com ações que prosigam os objetivos do projeto e possam gerar mais-valias para os territórios rurais, bem como incentivar novos contactos profícuos, foi o

compromisso assumido em Coimbra.

Além da oportunidade de reunir os agentes envolvidos no projeto, que realizou em 2006, na Bahia – Brasil, o seu segundo fórum, o encontro permitiu juntar e pôr a falar muita gente que está no terreno e conhece muito bem o significado da palavra “cooperação”.

A língua portuguesa como fator de união e a cooperação como instrumento para as governanças, políticas e decisões locais foram os temas em foco, num programa que privilegiou a apresentação de Experiências de Desenvolvimento Local implementadas em Cabo Verde (AMI – Ribeirão), em Moçambique (União-Geral das Cooperativas Agropecuárias de Maputo, Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural) e no Brasil (Instituto GPS e Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó).

No segundo dia, as jornadas temáticas – centradas nas linhas mestras do proje-

to – Educação/Formação” e Mercados Lusófonos – evidenciaram a importância da cooperação enquanto ferramenta estratégica para o desenvolvimento local.

A aposta no capital humano – nas pessoas –, na participação e na inovação foram algumas das ideias essenciais expressas neste fórum, onde também se sublinharam os desafios que se colocam às ADL no próximo período de programação.

Dar continuidade a esta matriz de trabalho, baseada na colaboração entre pessoas e organizações, proximidade, confiança mas também na amizade e nos afetos, disseminando este modo de agir, avaliando, ajustando, foi o repto lançado, por todos a todos.

Com mais de 250 milhões de falantes do português, o espaço lusófono é um “mundo” fabuloso para quaisquer dinâmicas de cooperação... Cooperar em Português faz todo o sentido. A afirmação dos participantes deste fórum foi unânime e perentória.





# Festa Templária em Tomar

A Festa Templária, realizada em Tomar, entre 23 e 26 de maio, teve como objectivo divulgar a cidade de Tomar, a cultura templária, bem como os produtos e produtores desta região templária, o Ribatejo Norte.

A organização da Festa Templária 2013 esteve a cargo da ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, Câmara Municipal de Tomar, Instituto Politécnico de Tomar, Associação Portuguesa de Turismo Cultural, Caminhos da História, Grupo de Teatro Fatias de Cá e Templar.

A festa foi iniciada com um seminário, subordinado ao tema “As Reconstituições Históricas e os Produtos Turísticos”. Nele foram debatidas as ligações entre a cultura e a economia do turismo, assim como a relação entre a espessura histórica dos lugares e a sua atratividade turística.

Seguiram-se, ao longo dos vários dias, numerosas atividades que animaram o centro histórico de Tomar.

Foi realizada uma feira, onde os habitantes da cidade e os visitantes puderam ver e comprar produtos locais e de inspiração medieval. As visitas culturais “Descoberta do Santo Graal”, “Secretos Túneis da Cerca do Convento” e “Herança Templária no Manuelino” permitiram conhecer segredos desconhecidos da maioria da população.

Os paladares dos tempos medievais foram dados a conhecer através de um Festival de Cozinha Medieval, a que se associaram diversos restaurantes da cidade, com receitas daquela época; e foi também realizado um jantar com animação medieval, no Convento de Cristo, local histórico dos templários.

Numerosas animações de rua, com peças de teatro, música e o Cortejo noturno contribuíram para o clima de festa destes dias, que registaram uma forte adesão da população e levaram a Tomar muitos visitantes.

## Eleições na Federação MINHA TERRA

A Federação MINHA TERRA reuniu a sua Assembleia Geral, no dia 11 de julho, para eleger os novos órgãos sociais.

Com um mandato de três anos, a Direção continuará a ser presidida pela ADICES, representada por Regina Lopes, mantendo-se nas Vice-presidências a AD ELO e da ADIRN. A TERRAS DENTRO, a ADRIMINHO e ADRUSE transitam também para este mandato da Direção, passando a estar acompanhadas da GRATER nesse órgão.

Entre 2013 e 2016 a Mesa da Assembleia-geral continuará a ser presidida

pela ADRIMAG, ficando a presidência do Conselho Fiscal sob a responsabilidade da ACAPORAMA.

A Direção, que tomou posse imediatamente após as eleições, aponta quatro grandes linhas de trabalho para a primeira metade do mandato que agora se inicia: o acompanhamento muito forte dos atuais programas com impacto nos territórios rurais; o acompanhamento à negociação do próximo quadro; a implementação de um plano de comunicação envolvendo todos os associados; e a qualificação das ADL ao nível das parcerias, das equipas e dos dirigentes.

## IX MANIFesta debate Desenvolvimento Local

A Cidadania Ativa e o Desenvolvimento Local serviram de mote para a IX MANIFesta – Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local, que se realizou em Santa Maria de Lamas, nos dias 27 e 30 de junho, numa parceria constituída pela Animar, ADRITEM, Câmara Municipal e Rede Social de Santa Maria da Feira.

Realizada desde 1994, a MANIFesta é espaço de reflexão e intervenção cívica, onde se realizam os mais variados debates, oficinas e tertúlias.

Este ano, decorreu em paralelo o III Mosaico Social, pro-

movido pela ADRITEM – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria e pelo município de Santa Maria da Feira.

A IX MANIFesta debateu os desafios que se colocam ao Desenvolvimento Local e à Economia Social, lançando temas como o empreendedorismo social, a formação e a empregabilidade, a sustentabilidade do terceiro setor ou a igualdade do género.

O III Mosaico Social promoveu a participação das entidades locais, numa troca de experiências entre as diversas

instituições e na reflexão sobre o contributo das organizações da Economia Social na definição de políticas de desenvolvimento local e social.

Os dois eventos proporcionaram espaços de debate e de intervenção cívica, oficinas, tertúlias, mostra de produtos locais e programação de âmbito cultural e desportiva, com destaque para as Olimpíadas Seniores. Foi também possível dar a conhecer novos projetos e iniciativas da cidadania ativa e do desenvolvimento local.



## 25 anos de Queijo Rabaçal – DOP Valorização, certificação, cooperação – um desafio redondo!

Estamos por prazer de anos sentados a uma mesa portuguesa, objetivamente escolhida a melhor sombra de uma centenária nogueira do Maciço de Sicó, serviço primário de Queijo Rabaçal, vinho, pão e broa, couves com chicharro em puré, um fio de azeite que assina um prato de testar sabores, enfeite de nozes, arranjos de erva de santa maria e, no olhar que começa a somar anos, que agora já cruzamos cúmplices, uma paisagem que convida a conversar, pernoitar no espaço e na memória para quem está, para quem passa e para quem fica, porque acredita. E, pronto, com amigos que sabem desta arte como ninguém!

Muitos tiveram o privilégio de “Carta de Confrade” onde me incluíram, conferindo, em 1º Capítulo da Confraria, num ritual dos simples, o acreditar que o Queijo Rabaçal é uma

sabedoria que não morre apenas fatiado em fim de boca.

Quando nos iniciámos, no Programa de Iniciativa Comunitária LEADER I, (ADSICÓ – Associação de Municípios), reunindo vontades políticas dos Municípios associados – Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure – afirmámos trabalho ao caminho.

Valorizar a produção, os produtores e a qualidade do produto, financiando no primeiro Plano de Acção no território o estudo edafo-climático e florístico com parceria da ESAC, assegurando também um caderno de especificações que nos saberes legislativos, presumo também que ainda em alguns rurais sabores de Bruxelas, mais flamengos, menos valões, atribui em documento próprio a “Denominação de Origem

Protegida – Queijo Rabaçal – DOP.”

Acreditada a denominação, aferidos contabilisticamente os “ventos”, a pasta semi-dura, o efectivo de ovinos e caprinos, a composição da pastagem e as artes de manejo, foi constituído o agrupamento de produtores (Coproraçal) e financiada a entidade certificadora (Sicó-qualidade) na aplicação positiva no território do Programa LEADER, financiando as condições de trabalho e apoio técnico para que os produtores dessem novos passos na produção e na inovação.

Neste contexto, é determinante afirmar um histórico de acção política pelo território, visão intermunicipal. Entenderam os responsáveis dos Municípios associados que poderiam, a partir desta vontade, iniciar um percurso que

hoje é indelével. Organizar uma feira de Queijo Rabaçal – DOP, a percorrer anualmente os seis municípios, acreditando os produtores numa tarefa de comercialização – circuito curto de comercialização – mas como referência de uma proposta responsável que valorizasse a base económica e a identidade.

Neste percurso, a ADSICÓ primeiro e agora a TERRAS DE SICÓ – Associação de Desenvolvimento asseguraram esta tarefa. E foi feito mais. Salvaguardando a produção qualificada do Queijo Rabaçal (COPRORABAÇAL), somámos organizações de produtores para o vinho “Terras de Sicó” (VINISICÓ), azeite (OLIVISICÓ), mel (SICOLMEIA), enchidos e fumados (SICOCARNES), ervas aromáticas e medicinais (SICOFLOREAL), potenciando também outros produtores e artesãos (ARTESICÓ) na tarefa de uma identidade territorial que ultrapassa a actual a certificação europeia e se consolida numa marca – “SICÓ”.

Esta evolução sistémica e empreendedora por agregação de vontades permitiu-nos comemorar este ano 25 anos de promoção solidária com todos estes produtos e organizações.

A EXPOSICÓ – hoje agregadora de uma feira de produtos do território – financiada actualmente no âmbito do PRODER – Plano de Aquisição de Competências e Animação (PACA) é o resultado deste trabalho ininterrupto, onde a Iniciativa Comunitária LEADER e a sua filosofia de intervenção nos territórios rurais tem aqui um exemplo a ter em conta e a validar no próximo quadro comunitário (metodologia e financiamento).

A pretexto das sabedorias do mundo e no nosso projecto de cooperação transnacional do PRODER “Cooperar em Português”, cooperamos com diferentes territórios em parceria com outras Associações de Desenvolvimento portuguesas e organizações internacionais. Os PALOP têm sido destino, mas na rede LEADER, sobretudo a europeia, vamos conhecendo outros mundos onde as necessidades vão sendo balizadas pelo dinâmico grau de exigência dos seus consumidores.

Vem isto a propósito de um pensamento que me ocorre com regularidade. Se tivesse

um Queijo Rabaçal na mão – esse desafio redondo! – como o apresentaria nestes diferentes mundos?

A quem tem fome primária e ainda percorre desafios de subsistência, diria:

- Tens aqui um queijo! Partilha-o com a tua família!

A quem tem valores europeus mediterrânicos, diria:

- Tens aqui um queijo certificado! Procura no mercado a sua mais-valia!

A quem tem economias emergentes, diria:

- Tens aqui um queijo certificado pela UE! Temos versão “light” para acumulares menos gorduras!

Isto reflecte a nossa constante fragilidade de adaptação ao mundo que encontramos, sendo certo que as nossas possibilidades não são um fim em si mesmo, antes um contributo para reflexão futura em resposta a permanentes necessidades.

Quando pego por temperança na minha edição da “Cidade e as Serras” do Eça, não procuro só a referência ao Queijo Rabaçal, comparando-o ao Camembert. Acompanho com prazer a resiliência do Zé Fernandes e a “sabedoria” do Jacinto. O nosso Mundo Rural espelhado em grandes valores com distintas convicções!

O Camembert é bom, já provei.

O Rabaçal recomendo. É nosso!

Ainda no Eça, afirma o escritor que ambos os queijos “educam o paladar”!

Está nesta frase o essencial. Todos nos precisamos, partilhando as nossas diferenças. O Programa LEADER e o seu modelo de intervenção não é mais do que isto, mas pelo seu histórico e pelos resultados alcançados e visíveis, continua decisivo para os nossos territórios e para o futuro da Europa Rural!



**David Leandro**

Coordenador do GAL TERRAS DE SICÓ, Confrade da Confraria do Queijo Rabaçal - DOP.



## Desenvolvimento dos territórios rurais

# Aplicação dos fundos estruturais em Portugal

Desde a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986, muito mudou em Portugal. A sociedade evoluiu, melhorou o seu nível de ensino, os padrões de consumo, os indicadores de saúde e muitos outros aspetos que nos levam a estar, em média, melhor hoje do que há 27 anos.

Mas neste caminho de progresso houve também muitos que ficaram para trás. Numa Europa que evoluiu a duas velocidades, Portugal registou também ritmos diferentes. Ritmo diferente ao longo do percurso, em que primeiro andou mais depressa no caminho da convergência com o resto da Europa, mas depois abrandou e começou mesmo a retroceder.

Ritmo diferente também dos diferentes atores: muitas pessoas não viram a sua qualidade de vida acompanhar a dos demais cidadãos, territórios que ficaram esquecidos e despovoados,

e atividades económicas deixaram de ser competitivas num mercado aberto.

Os territórios rurais foram o eixo principal onde estas contradições se verificaram: por um lado, a qualidade de vida melhorou de forma radical na maioria dos locais, onde as populações passaram a usufruir de serviços que antes só existiam nas grandes cidades, e muitas empresas agrícolas e não agrícolas prosperaram. Mas numerosas outras empresas não conseguiram singrar e muitas explorações agrícolas foram abandonadas, agravando a escassez de empregos e levando ao abandono rural, fazendo com que a população se fosse concentrando cada vez mais nos grandes centros urbanos.

O LEADER, criado por iniciativa da União Europeia no início dos anos 1990, foi uma das ferramentas usadas para procurar responder a esta situação. Ao ter uma abordagem integrada e

multissetorial foi-lhe possível, ao mesmo tempo que melhorava a qualidade de vida dos habitantes das zonas rurais apoiando intervenções nos serviços básicos, na cultura e lazer, promover as atividades económicas geradoras de emprego – fator determinante de atratividade territorial. E a sua gestão descentralizada permitiu criar proximidade entre as entidades gestoras e as comunidades, numa escala sem igual em qualquer outro fundo comunitário.

Ao longo de mais de 20 anos, a implementação de Estratégias de Desenvolvimento Local pelas Associações de Desenvolvimento Local, através da dinamização de parcerias locais, traduz-se em milhares de projetos de sucesso, levados a cabo no âmbito de diversos programas de apoio ao desenvolvimento socioeconómico e à cooperação.

De entre os inúmeros exemplos, pode destacar-se a disseminação à

escala nacional do turismo em espaço rural e das iniciativas de animação turística; a valorização da rede de restauração nacional e das especialidades gastronómicas locais; a multiplicação dos eventos locais e feiras temáticas, com inquestionável capacidade de atração de visitantes; a ‘revolução’ no domínio agroalimentar, através do apoio à modernização e criação de pequenas unidades de transformação e da incorporação de valor acrescentado nos produtos, conferida por processos de certificação e por circuitos de promoção e comercialização alternativos; o recrudescimento do artesanato rural, suscitando a sua incorporação no mais sofisticado design urbano.

Os resultados positivos alcançados por esta intervenção levaram a União Europeia a definir um novo instrumento transversal aos fundos estruturais no próximo período de programação, aproveitando a experiência LEADER – o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Para além dos resultados e impactos ao nível da dinamização das atividades económicas e da criação de emprego – uma das bandeiras atuais da abordagem LEADER – espera-se que o DLBC permita reforçar a emergência de novos modelos de governação territorial, assentes nas dinâmicas dos agentes locais, nos princípios do *empowerment*, da participação e da coresponsabilização.

# Análise dos Programas de Desenvolvimento Rural

Os Programas de Desenvolvimento Rural – PRODER, PRORURAL, PRODERAM e Programa para a Rede Rural Nacional –, através dos quais se aplica o FEADER (Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural) em Portugal reuniram nos meses de junho e julho os seus Comités de Acompanhamento, para analisar a situação de cada Programa. Nestas reuniões, além de serem aprovados os Relatórios de Execução dos Programas em 2012, foram ainda analisadas as respetivas evoluções ao longo de 2013, até ao momento em que os Comités de Acompanhamento reuniram, dando uma visão bastante atualizada do seu andamento.

O Comité de Acompanhamento do PRODER permitiu concluir que este Programa apresenta uma muito boa evolução, atingindo já uma taxa de aprovação de 102 por cento, correspondente a um investimento aprovado de 6,6 mil milhões de euros, e uma taxa de execução de 65 por cento. Apesar de ainda haver muito e exigente trabalho pela frente, isto permite perspetivar que será possível atingir o objetivo de concluir o Programa com uma taxa de execução próxima dos 100 por cento.

Foram também apresentados os resultados da operação limpeza, que identificou projetos que, por desistência ou subexecução, libertaram 169 milhões de euros dos compromissos assumidos, que poderão ser aplicados noutros projetos.

Do total de 278 mil agricultores recenseados, mais de metade (140 mil) são beneficiários das medidas incluídas no Pagamento Único do PRODER e 18 mil que são beneficiários das medidas de investimento, o que é revelador do impacto que o Programa tem nas comunidades rurais.

A avaliação feita ao Programa de Desenvolvimento Rural dos Açores (PRORURAL) evidencia taxas de aprovação e execução muito díspares nos diferentes eixos do Programa. Enquanto o Eixo 1 – Aumento da Competitividade do Setor Agrícola e Florestal, a taxa de compromisso ascendia aos 93,7 por cento, no final de 2012, sendo a taxa de execução de 57,5 por cento, o Eixo 2 – Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural apresentava já uma taxa de compromisso e de execução de 85 por cento.

No extremo oposto encontrava-se o Eixo 3 – Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação das Economias, com um compromisso de apenas 22 por cento e somente oito por cento executados. Relativamente ao Eixo 4 – Abordagem LEADER, este encontrava-se com 53,3 por cento de compromisso e 24,5 por cento de execução.

Na Madeira, O PRODERAM tinha já, em final de 2012, uma taxa global de compromisso superior a 90 por cento, com um relativo equilíbrio nos seus vários eixos. Por outro lado, a execução situava-se nos 52,1 por cento em termos globais, com diferenças significativas entre eixos.

No caso da Abordagem LEADER, cujo compromisso se situava nos 78 por cento, a sua execução era de apenas 23,6 por cento. Porém, esta explica-se pelo atraso na abertura de concursos, pelo que a maioria dos projetos ainda não estão concluídos, devendo a execução deverá subir de forma acentuada nos próximos tempos.

No Programa para a Rede Rural Nacional, o envelope financeiro de apenas 11,7 milhões de euros encontra-se completamente comprometido e a taxa de execução reportada a maio de 2013 era de 62 por cento. O comité congratulou-se com o facto de o programa já ter atingido o n+2 referente a 2013, em abril.



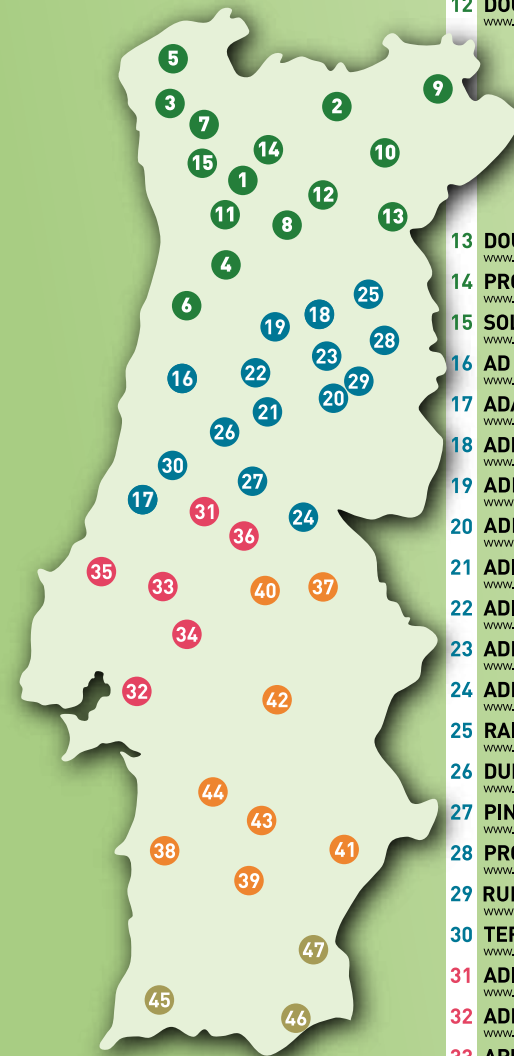
Foto: Miguel Martins

## ONDE ESTAMOS



As 53 ADL que constituem a Federação MINHA TERRA encontram-se distribuídas por todo o território nacional.

### Portugal Continental



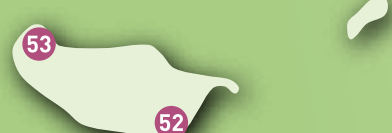
- 01 ADER-SOUSA  
[www.adersousa.pt](http://www.adersousa.pt)
- 02 AD RAT  
[www.adrat.pt](http://www.adrat.pt)
- 03 AD RIL  
[www.adril.pt](http://www.adril.pt)
- 04 AD RIMAG  
[www.adrimag.com.pt](http://www.adrimag.com.pt)
- 05 AD RIMINHO  
[www.adriminho.pt](http://www.adriminho.pt)
- 06 AD RITEM  
[www.adritem.pt](http://www.adritem.pt)
- 07 ATAHCA  
[www.atahca.pt](http://www.atahca.pt)
- 08 BEIRA DOURO  
[www.beiradouro.pt](http://www.beiradouro.pt)
- 09 CORANE  
[www.corane.pt](http://www.corane.pt)
- 10 DESTIQUE  
[www.destique.com](http://www.destique.com)
- 11 DOLMEN  
[www.dolmen.co.pt](http://www.dolmen.co.pt)
- 12 DOURO HISTÓRICO  
[www.dourohistorico.pt](http://www.dourohistorico.pt)

- 13 DOURO SUPERIOR  
[www.dourosuperior.pt](http://www.dourosuperior.pt)
- 14 PROBASTO  
[www.probasto.pt](http://www.probasto.pt)
- 15 SOL DO AVE  
[www.soldoave.pt](http://www.soldoave.pt)
- 16 AD ELO  
[www.adelo.pt](http://www.adelo.pt)
- 17 ADAE  
[www.adae.pt](http://www.adae.pt)
- 18 ADD  
[www.add.pt](http://www.add.pt)
- 19 ADDLAP  
[www.addlap.pt](http://www.addlap.pt)
- 20 ADERES  
[www.aderes.com.pt](http://www.aderes.com.pt)
- 21 ADIBER  
[www.adiber.pt](http://www.adiber.pt)
- 22 ADICES  
[www.adices.pt](http://www.adices.pt)
- 23 AD RUSE  
[www.adruse.pt](http://www.adruse.pt)
- 24 AD RACES  
[www.adraces.pt](http://www.adraces.pt)
- 25 RAIÁ HISTÓRICA  
[www.raiahistorica.org](http://www.raiahistorica.org)
- 26 DUECEIRA  
[www.dueceira.pt](http://www.dueceira.pt)
- 27 PINHAL MAIOR  
[www.pinhalmajor.pt](http://www.pinhalmajor.pt)
- 28 PRÓ-RAIA  
[www.pro-raia.pt](http://www.pro-raia.pt)
- 29 RUDE  
[www.rude-adr.pt](http://www.rude-adr.pt)
- 30 TERRAS DE SICÓ  
[www.terrasdesico.pt](http://www.terrasdesico.pt)
- 31 ADIRN  
[www.adirn.pt](http://www.adirn.pt)
- 32 ADREPES  
[www.adrepes.pt](http://www.adrepes.pt)
- 33 APRODER  
[www.aproder.pt](http://www.aproder.pt)
- 34 CHARNECA  
[www.charnecaribatejana.pt](http://www.charnecaribatejana.pt)
- 35 LEADER OESTE  
[www.leaderoeste.pt](http://www.leaderoeste.pt)
- 36 TAGUS  
[www.tagus-ri.pt](http://www.tagus-ri.pt)
- 37 ADER-AL  
[www.ader-al.pt](http://www.ader-al.pt)
- 38 ADL  
[www.adl.litoralalentejano.pt](http://www.adl.litoralalentejano.pt)
- 39 ESDIME  
[www.esdime.pt](http://www.esdime.pt)
- 40 LEADERSOR  
[www.leadorsor.pt](http://www.leadorsor.pt)
- 41 ROTA DO GUADIANA  
[www.rotaguadiana.org](http://www.rotaguadiana.org)
- 42 MONTE-ACE  
[www.monte-ace.pt](http://www.monte-ace.pt)
- 43 ALENTEJO XXI  
[www.alentejoxxi.pt](http://www.alentejoxxi.pt)
- 44 TERRAS DENTRO  
[www.terrasdentro.pt](http://www.terrasdentro.pt)
- 45 VICENTINA  
[www.vicentina.org](http://www.vicentina.org)
- 46 IN-LOCO  
[www.in-loco.pt](http://www.in-loco.pt)
- 47 TERRAS DO BAIXO GUADIANA  
[www.atbaixoguadiana.pt](http://www.atbaixoguadiana.pt)
- 48 ADELIÇOR  
[www.adeliacor.org](http://www.adeliacor.org)
- 49 ARDE  
[www.arde.pt](http://www.arde.pt)
- 50 ASDEPR  
[www.asdepr.com.pt](http://www.asdepr.com.pt)
- 51 GRATER  
[www.grater.pt](http://www.grater.pt)
- 52 ACAPORAMA  
[www.acaporama.org](http://www.acaporama.org)
- 53 AD RAMA  
[www.adrama.pt](http://www.adrama.pt)

### Região Autónoma dos Açores



### Região Autónoma da Madeira



## ENTREVISTA

Economista e professor do ISEG, Augusto Mateus lidera múltiplos estudos de macroeconomia e política económica, de avaliação de programas e políticas públicas e de competitividade de empresas e regiões.

Foi Secretário de Estado da Indústria e Ministro da Economia do XIII Governo Constitucional, lançou o plano de regularização de dívidas ao Estado também conhecido como Plano Mateus.

Coordenou o estudo 25 Anos de Portugal Europeu, promovido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, que analisa o desenvolvimento da economia e da sociedade portuguesas, ao longo dos primeiros 25 anos de integração na União Europeia.

Fotos: David Clifford

# Escolher caminhos indutores do progresso

**O estudo que recentemente coordenou, “25 anos de Portugal Europeu”, faz uma análise exaustiva da evolução da economia e da sociedade portuguesas desde a adesão de Portugal à CEE. É possível fazer uma síntese ou balanço dessa evolução?**

Sim. O estudo procurou não propriamente apresentar uma verdade, mas permitir que investigadores, cidadãos, estudantes, professores, intelectuais, decisores públicos, possam construir a sua própria verdade apoiada em informação objetiva e em coisas focalizadas, profundas, indicadores e não em generalidades ou naquelas operações simpáticas que nós por vezes fazemos:

temos muita informação e vamos ler um ou dois por cento da informação, que é aquilo em que ficamos melhor na fotografia.

O nosso balanço é que existem muitas andorinhas mas não uma primavera. Ou seja, muitas vezes nós tentamos apenas dar uma imagem global e pintamos mais escuro do que devemos pintar a evolução do nosso país. Mas houve coisas muito bem feitas que ocorreram em vários territórios. E o estudo ajuda a perceber que há caminhos indutores do progresso e caminhos bloqueadores do progresso.

Há um conjunto significativo de melhorias. Algumas são mais nítidas no contexto da história portuguesa,

isto é, no acerto de contas com um passado menos bom que tivemos e de recuperação desse passado. Mas não são tão andorinhas quando comparadas com o desempenho de outras regiões, de outros países, à escala europeia e mundial.

Também usei a expressão de que nos preocupámos excessivamente em apanhar um comboio sem nos interrogarmos sobre essa viagem. E não é um comboio suburbano, nem um comboio intercity, é um comboio para uma longa viagem. E, de alguma maneira, nós preparámo-nos coletivamente para uma viagem mais simples e menos complexa. A União Europeia aprofundou-se, alargou-se, e é hoje

muito diferente de quando Portugal aderiu, em 1986.

Foi mais fácil progredir do princípio do processo, até àquele momento a caminho do fim dos anos 90. Por um conjunto de fatores que têm a ver com o processo europeu, a globalização, a queda do muro de Berlim, um conjunto alargadíssimo de transformações económicas, políticas e sociais, o advento da internet e a aceleração do tempo histórico.

E esta é a segunda conclusão: dois períodos, um em que progredimos e outro em que começamos por não conseguir progredir e depois regredimos do ponto de vista do nosso percurso na UE.

Portanto, progressos muitíssimo significativos mas com um processo de convergência que se foi tornando mais difícil. Daí a ideia de um semi-falhaço, para acentuar que há coisas positivas, mas que há um conjunto de coisas que não resultaram e há uma dificuldade coletiva de as fazer.

A última ideia, muito simples, é um pouco a ideia de que algumas das vantagens que o país tinha quando aderiu às comunidades económicas europeias foram ou desaproveitadas ou perdidas. Particularmente, chamamos a atenção para que Portugal é, no início dos anos 1990 e dentro das comunidades europeias, o país com os salários mais baixos. Num percurso de criação de uma moeda única, em que uma das condições era a estabilidade cambial, o investimento estrangeiro em países como Portugal ou Espanha era muito atrativo. Portugal e Espanha receberam muito investimento do estrangeiro – e isso ajudou no conjunto de transformações da nossa economia.

No entanto, a meio dos anos 90 nós temos uma profundíssima transformação do sistema financeiro internacional, temos também uma economia mundial que começa a ser uma economia de grande dinamismo dos países emergentes, com a existência de mercados futuros, com produtos derivados, com produtos complexos, gerando a possibilidade de um ciclo duradouro e amplo e baixas taxas de juro.

As baixas taxas de juro podem ser aproveitadas para duas coisas: ou para consumir ou para investir. Ou até para equilibrar estes dois processos. Na UE, que então começava a sentir os primeiros efeitos de uma queda abrupta e forte do seu ritmo de crescimento, essa baixa taxa de juro foi, de um modo geral, utilizada para compensar essa situação em termos de consumo. Ou seja, para alimentar a manutenção de um elevado nível de consumo.

Quando nós optamos por usar baixas taxas de juro para consumir mais estamos a optar pelo presente em detrimento do futuro. Se estivéssemos a aproveitar as baixas taxas de juro para investir estaríamos a optar pelo futuro em detrimento do presente. Essa situação, que obviamente se traduziu num profundo desequilíbrio em Portugal, convergiu muito mais ao nível do consumo *per capita* em média. Nós praticamente alcançámos 93 por cento do nível médio de consumo da Europa, mas na capacidade de gerar riqueza, isto é, na riqueza que geramos por habitante, ficámos bastante mais atrás, cerca de 10 por cento.

Portanto, esse desequilíbrio também é um sinal desta passagem de uma trajetória em que fomos progredindo, para uma trajetória em que o nosso processo de convergência parou e depois regrediu um pouco, exatamente porque era o período chave para investirmos. Era o período chave para tornar as nossas empresas mais

**“Preocupámo-nos excessivamente em apanhar um comboio sem nos interrogarmos sobre essa viagem.”**

produtivas, podermos valorizar mais intensamente e mais inteligentemente os nossos recursos endógenos, podermos equilibrar o país do ponto de vista das oportunidades e dos serviços. Mas isso requeria investimento. E não propriamente investimento público em infraestruturas, mas em serviços que essas infraestruturas possam disponibilizar à população. É completamente diferente eu ter uma ideia de que os investimentos se esgotam na infraestrutura física, ou ter ideia de que os investimentos necessário a fazer são investimentos em que obviamente tem que haver infraestruturas, mas sobretudo se geram serviços.

Nós usámos muito os fundos estruturais numa lógica de investimento físico, material, sem prestarmos muita atenção à vantagem dos serviços. E isso é particularmente importante, nomeadamente porque poderíamos ter feito muito melhor em termos de combater a desertificação, combater a desigualdade de oportunidades entre o mundo rural e o mundo urbano. O cuidado de oferecer ao mundo rural uma base mais alargada de serviços que pudessem ser mais atrativos para a população e que pudessem dinamizar a atividade económica em muitos espaços, que têm potencial mas não têm essa base suficiente de atratividade para permitir a mobilização de atividades ou a mobilização de gente nova.



**Pelo caminho, nestes anos, muitos setores perderam competitividade. Era uma inevitabilidade perante a abertura dos mercados?**

É sempre assim, ciclos de vida. Nós temos ciclos de vida de produtos, de tecnologias, de modos de vida. Os passeios públicos de hoje são muito diferentes do que eram há 50 ou 60 anos, a própria realidade rural ou urbana é completamente diferente. E, portanto, é normal que os produtos tenham ciclo de vida.

As empresas têm à sua disposição um elixir da vida que nós não temos, que se chama inovação. Se eu puder inovar, mudar a natureza do produto, eu posso manter-me competitivo. Em muitas das nossas atividades, o que é preciso é passar do produto à necessidade que ele satisfaz. Houve um tempo em que a cadeira era a cadeira. Hoje, a cadeira é a sensação que ela dá a quem se senta nela.

Ou seja, houve um tempo em que a economia era uma economia de oferta: nós produzíamos bens e os con-

**“Quando nós optamos por usar baixas taxas de juro para consumir mais estamos a optar pelo presente em detrimento do futuro.”**

foram conquistados pelas economias emergentes. Quando nós tentarmos ser o que não somos derrotados. Se tentarmos ser sempre o que fomos, isto é, uma sociedade democrática, aberta,



sumidores olhavam para os bens e compravam-nos. Hoje vivemos numa economia de procura. Estamos a falar de uma economia que se preocupa com o corpo da pessoa, com a sua atitude, com a forma como ela se sente. E, portanto, muitas das atividades têm uma enorme possibilidade de se reconstruírem e reconstruírem a sua competitividade, tornando-se mais criativas, incorporando mais valores culturais e imateriais. Assim, passamos de uma competitividade de custo – os salários, o preço das matérias-primas, o preço da energia – a uma competitividade naquilo que nós incorporamos e não compramos.

Obviamente, todas as economias europeias passaram por problemas de competitividade, sobretudo com o novo crescimento dos países emergentes que veio obviamente tornar-se extremamente concorrencial em relação a muitas empresas existentes em toda a Europa. O que se transformou é que a Europa, e Portugal dentro da Europa, ficou sem condições para prosseguir alguns fatores de competitividade que

com história, património, diversidade geográfica, monumental e paisagística, não temos como não ter sucesso do ponto de vista da criação de riqueza.

**A agricultura e o desenvolvimento rural são usados muitas vezes como exemplo do que correu mal em Portugal no processo de integração europeia. Como avalia o que se passou?**

Por um lado, exatamente porque se separou a agricultura do desenvolvimento rural. Ou seja, durante muito tempo o mundo rural foi quase que reduzido a uma espécie de base territorial da agricultura, em vez de ser aquilo que é: um espaço onde quem lá vive produz bens e serviços públicos, de natureza ambiental e paisagística, que têm de ser muito mais cuidados.

Essa separação foi feita e durante muito tempo nós vivemos uma restrição sobre o potencial, sobre as características, sobre a própria natureza das populações e das suas capacidades. Produziram-se coisas terríveis, como ideias um pouco tontas que um bom

indicador de progresso era o declínio do mundo rural. Houve também uma fase em que se pensou que se podiam fazer umas contas simples sobre produzir localmente ou importar, como se essa questão se limitasse ao curto prazo, como se a substituição da produção primária no nosso país não tivesse consequências de médio e longo prazo.

Enfim, a sociedade portuguesa fez essa evolução, que teve um efeito bastante significativo sobre certos produtos agrícolas, não sobre todos. Contudo, no essencial, eu creio que estamos agora neste período de crise com sinais mais do que evidentes de que o setor agroalimentar é um setor que está a responder bastante bem. É talvez um setor, ou para ser mais correto, um conjunto de atividades, onde nós vemos a economia baseada no conhecimento, vemos muita gente no mundo rural com elevadíssima formação a desenhar e a conceber produtos em função daquilo que é a sensação do que nós queremos que os consumidores tenham.



**“Durante muito tempo o mundo rural foi quase que reduzido a uma espécie de base territorial da agricultura, em vez de ser aquilo que é: um espaço onde quem lá vive produz bens e serviços públicos, de natureza ambiental e paisagística, que têm de ser muito mais cuidados.”**

Não apenas a fazer azeite, a fazer azeite que tenha civilização por trás, ou a fazer vinho que tenta reproduzir certos valores imateriais. E o mesmo com muitos outros produtos. Temos obviamente uma evolução dos modelos de consumo em que a segurança alimentar e a saúde ganharam novos caminhos, outros modelos competitivos, muito mais centrados na tal competitividade e não no custo.

Eu diria que a agricultura, curiosamente, fez um caminho ao contrário do resto da economia: passou pior na primeira fase em que se correu atrás de uma modernidade simples e um pouco provinciana, e passa melhor agora quando a sociedade portuguesa também ela já digeriu esse choque limitado e percebe agora que tem é de projetar os seus valores e a sua identidade num mundo global. Estamos agora com melhores dias para aquilo que com mérito é feito na nossa agricultura, no nosso mundo rural, na nossa floresta. É um caminho que eu vejo com enormes potencialidades.

**O LEADER foi um caso ímpar de gestão bottom-up nos fundos comunitários. Como avalia essa abordagem?**

Eu avalio como avaliam as autoridades comunitárias, isto é, como uma boa lição e uma experiência a ser incentivada no futuro.

2014-2020 tem duas pequenas novidades – também sabemos que por vezes as novidades são digeridas e fica tudo na mesma. Quando nós tentamos mudar as orientações para a programação estrutural, muitas vezes acontece que as orientações até são boas, mas vai-se fazer o que se está habituado a fazer, apenas se adaptam os nomes. Mas há aqui duas ideias muito interessantes: a ideia dos ITI – os Investimentos Territoriais Integrados – por um lado, que é dar território a políticas que não tinham território, e sobretudo a das formas de desenvolvimento orientadas para a comunidade, que é no fundo a organização da experiência LEADER.

Como vamos ter também uma programação multifundos, vamos ajudar as experiências LEADER a serem mais profundas e completas, e a



avaliação mostra que com o LEADER nós podemos casar a atividade económica com o território, dar uma dimensão mais abrangente ao desenvolvimento rural, não o confundir apenas com a produção agrícola, e mobilizar a comunidade. É claramente uma das coisas bem feitas na Europa, bem feitas em Portugal, e que merece sem dúvida ser mais estimulada, ser mais apoiada, sem perder a sua autonomia.

Um dos valores dos programas LEADER é serem construídos de baixo para cima. Eu espero bem que não se tente controlar ou moderar isso. A vantagem das experiências é que estas são descentralizadas, são experiências de autonomia, as pessoas correm riscos de acertar, correm riscos de falhar, e são experiências inestimáveis para alargar a base de desenvolvimento do nosso país e para equilibrar o nosso povoamento.

Nós padecemos de ordenamento a mais e povoamento a menos. Não estou a criticar o ordenamento. Aliás, o ordenamento é uma mais que meritó-

utilização da ciência e da tecnologia, maior sentido de busca da diferenciação, da identidade, da inovação.

Não creio que se deva ter uma ideia, que é muito tonta, de que as comunidades locais não tenham tanta capacidade como comunidades maiores ou com mais pessoas, para poderem ser inovadoras e para poderem ser portadoras de atividades com futuro.

**No estudo refere, a dado passo, que a maioria das regiões portuguesas não conseguiu emancipar-se. Acha que essas regiões ainda vão a tempo ou é algo que vai durar gerações?**

Nós temos um complicadíssimo problema que é: fazemos coisas e elas duram sempre. Ou seja, a nossa divisão administrativa não tem pés nem cabeça, devia estar enterrada, está morta há muito tempo, cheira mal. Vou dar um exemplo. Nós andámos muito agora a discutir freguesias e concelhos: reduz, não reduz. Eu desafio qualquer um a provar-me que não é assim. Nós temos a necessidade de ter autarquias

**“Um dos valores dos programas LEADER é serem construídos de baixo para cima. Eu espero bem que não se tente controlar ou moderar isso.”**

diferentes das que temos, maiores para as áreas metropolitanas.

As áreas metropolitanas têm que ser geridas como aquilo que são: a cidade de Lisboa não respeita o concelho de Lisboa, a cidade do Porto não respeita o concelho do Porto. O progresso



ria preocupação de muitas pessoas, em que me incluo. Mas muitas vezes vejo o ordenamento feito de uma forma estritamente formal e sem pessoas. Está tudo ordenado menos as pessoas, não há espaço para as pessoas nesses modelos de ordenamento.

Eu acredito em modelos flexíveis de ordenamento e onde o papel das pessoas, do povoamento, da atratividade dos territórios tenha mais força. E, dessa forma, vejo com muito bons olhos o que foi a experiência LEADER em Portugal. O ativo de pessoas, de organizações e de capacidades que foram aí desenvolvidas, não sendo eu especialista nessa matéria mas convivendo com essa realidade.

Andando por todo o país, curiosamente encontrei mais modernidade, ou mais modernidade próxima do que é a minha modernidade, junto das pessoas ditas rurais ou com trabalho no mundo rural do que junto das pessoas de centros urbanos ou com trabalho junto da indústria ou dos serviços. Estou a falar de maior sentido de internacionalização, maior sentido de

**“A avaliação mostra que com o LEADER nós podemos casar a atividade económica com o território, dar uma dimensão mais abrangente ao desenvolvimento rural, não o confundir apenas com a produção agrícola, e mobilizar a comunidade. É claramente uma das coisas bem feitas.”**

levou-os muito além. O concelho de Lisboa é definido por uma estrada militar que já ninguém usa, onde não passam nem oficiais, nem soldados, nem canhões há mais de cem anos. Não tem pés nem cabeça.

Barcelona, uma parte do seu mérito como referência que muita gente usa na Europa e no mundo para uma cidade que cresceu bem, teve a sorte de um responsável político da cidade tomar a decisão de incorporar no que era Barcelona um conjunto de concelhos limítrofes. E nesse sentido oferecer a Barcelona uma enorme zona de expansão, que levou a que Barcelona não se tivesse comido a si própria. Encaixar Lisboa e Porto em pequenos concelhos impediu outro processo de desenvolvimento que não fosse estas cidades comerem-se a si próprias, isto é, comerem a sua história, deitar abaixo o velho para construir o novo, em vez de construir o novo de maneira diferente e preservarem o velho. Só agora é que a regeneração urbana está a fazer o seu caminho em Portugal.

Nós aqui precisamos de concelhos maiores, um governo metropolitano e muito menos freguesias. Porque temos que gerir equipamentos para 25 mil ou 30 mil pessoas, não vamos ter freguesias com 400 pessoas numa cidade como Lisboa. Depois precisamos de uma organização, que pode ser próxima daquela que temos, para as cidades, para os territórios que são médios à escala portuguesa, mas pequeninos à escala europeia. Por isso, ganhamos muito em casar o urbano com o rural.

E depois temos os territórios de baixa densidade, os territórios de floresta, os territórios da montanha, os territórios da ruralidade, não do interior, que isto é tudo a 200 km do Atlântico. Aliás a região mais interior da Península Ibérica, Madrid, é a região mais desenvolvida. Estou a simplificar porque obviamente não é a mesma coisa viver em Coruche ou em Lisboa, em Bragança ou em Lisboa, no geoparque do Tejo Superior ou em Lisboa. Não é. Mas isto não tem a ver com a geografia, tem a ver com outras condições.

Mas eu diria que nestes territórios de baixa densidade nós precisamos até de mais freguesias. Precisamos de acudir às necessidades das pessoas de forma que ajude a outro modo de vida, que ajude a mais oportunidades. Precisamos de mais serviços. O que eu estou a tentar dizer é que uma parte dos nossos problemas advém de um caminho que está errado. Nós temos enterrar esse caminho.

É a questão da dependência do caminho. Há coisas que estão erradas. Quando certas profissões estão mal reguladas nós temos de as regular bem. Quando as regras do jogo estão erradas nós mudamos as regras do jogo. Nós aqui temos um modelo bastante errado e temos um país em que muitas vezes se decide demasiado abaixo ou demasiado acima. E, assim, ficámos com um modelo em que não soubemos gerar a força *bottom-up* da decisão mais descentralizada.

Nós temos problemas de governo, não tanto ideológicos, de esquerda ou de direita, mais liberal ou menos liberal, mas temos problemas de um país que permanece muito apegado ao passado, permanece muito pequenino, pouco cosmopolita, fechado sobre si próprio, descobrindo coisas tarde de mais.

**Ao longo destes 25 anos Portugal recebeu cerca de 9 milhões euros por dia...**

Sim, muito dinheiro.

**Que impacto pode ter a dimensão destes montantes, que se prevê nos próximos períodos de programação?**

Era melhor para Portugal ter sido capaz de já não receber fundos estruturais, ter sido capaz de progredir o suficiente para já não receber. Nós já tivemos os nossos 25 anos, mas ainda precisamos.

Eu acho que qualquer pessoa entende que nós temos de aceder aos fundos estruturais que nos permitem acelerar o nosso desenvolvimento, mas nós não podemos passar eternamente a receber fundos estruturais.

Um miúdo de quatro anos com uma bicicleta de quatro rodas não é ridículo. Um homem de 30 anos com uma bicicleta de quatro rodas é ridículo. E nós já estamos nessa posição, desde que entrámos em 1986 até 2013 vão quase passar os 30 anos. Portanto nós já estamos na posição de idade adulta – e bem adulta – de bicicleta de quatro rodas.

Temos de fazer um esforço para usar intensamente os recursos que estão à nossa disposição. E o pior erro que cometemos, na minha opinião, foi distribuir o mal pelas aldeias. Essas verbas, na prática ficam um bocado aquém de quatro por cento do nosso produto: em milhões é muito, mas em percentagem não; é menos do que as remessas de emigrantes no seu auge. Esses quatro por cento, agora menos, não podem ser distribuídos em fatias muito finas. Eu costumo brincar a dizer que vêm os fundos estruturais e nós embrulhamos como se fossem aqueles blocos de fiambrino, só que ficava agora com um embrulho azul e umas estrelas amarelas. Depois temos uma máquina que corta, como nas pastelarias, o fiambrino muito fino para dar para mais sandes. E agarramos nessas fatias muito finas de fundos estruturais e fazemos chegar a milhares de empresas.

Qual é o problema disto? Os fundos são estruturais. Os fundos são para mudar duradouramente a vida das pessoas, das empresas, dos territórios, para os tornar mais competitivos, para os pôr mais fortes, mais capazes, mais autónomos. E, assim sendo, nós devemos fazer exatamente o contrário, que era concentrar os fundos naquilo que faz diferença.

#### **E o que é que faz diferença?**

Posso dar-lhe dois exemplos. Na mesma altura, Portugal e a Coreia do Sul tiveram um programa com as mesmas verbas para desenvolver a sua indústria têxtil. Portugal chamou a esse programa IMIT – Iniciativa para a Modernização da Indústria Têxtil, um pouco naquilo que era passado de uma indústria de fabricação para uma indústria centrada em levar moda ao mercado, ou seja, produtos diferenciados, inovadores, com muito mais valor acrescentado.

A Coreia do Sul fez o Projeto de Milão. O que a Coreia estava a dizer é que Milão era a capital da moda na Europa e, como tal, “o que nós queremos é deixar de ter aqui uma região de fábricas têxteis e passar a ter uma região de moda”. E insinuou isso de uma forma muito clara para os coreanos.

Nós fizemos 2500 projetos e a Coreia do Sul fez 17 projetos, com o mesmo dinheiro. Nós fizemos uma fatia de



**“Há uma gestão dos fundos estruturais tecnicamente mal pensada, muito pressionada pela voragem da política de curto prazo.”**

fiambrino para cada empresa, a Coreia do Sul obrigou as empresas a trabalharem em conjunto em coisas que são aquelas que fazem a diferença, gerar inovação e adaptar tendências.

Depois, se for ao nosso rendimento mínimo de inserção, todos os estudos bem feitos dizem o quê? Há um erro: entram pessoas a mais e o apoio que se dá não é suficiente para mudar a vida das pessoas. Como tal, no rendimento mínimo de inserção garantido, poderíamos ter deixado entrar menos pessoas – para quê que entram pessoas com 18, 19, 20, 21 anos? Não temos

uma política de combate ao abandono escolar, não queremos que as pessoas completem a escolaridade obrigatória? Para que é que precisamos do rendimento mínimo de inserção para quem tenha menos de 25 anos, por exemplo? Se nós deixássemos entrar menos pessoas teríamos mais dinheiro para que o apoio que vamos dar às pessoas seja a diferença entre continuar perdido ou encontrar um novo caminho.

Assim sendo, nos fundos estruturais é a mesma coisa: se eu vou disseminar os apoios, sou capaz de não ter o montante crítico para fazer a diferença. Por isso, há uma gestão dos fundos estruturais tecnicamente mal pensada, muito pressionada pela voragem da política de curto prazo, pela política do dia a dia. Claro que a política tem essa dimensão e nós vivemos em democracias e temos de perceber que a política tem essa dimensão. Mas deveríamos ter sido capazes de fazer um melhor equilíbrio entre esse dia a dia da política e a ideia de que nós queremos mudar a face de alguns territórios, queremos mudar a face de algumas atividades.

**De que forma essas e outras conclusões que se retiram dos programas anteriores nos podem dar ensinamentos para a preparação do próximo período de programação, se é que ainda se vai a tempo?**

Vai, porque estamos muito atrasados. Infelizmente vai-se a tempo. Era melhor que não fôssemos. Vai começar a 1 de janeiro de 2014, mas ainda vamos a tempo porque as orientações que existem são ainda muito gerais.

Eu tenho assistido basicamente a quê? Primeira coisa: nós não temos um programa de competitividade de custo ou salarial. Os nossos salários são 55 por cento dos salários médios da União Europeia a 27. Se as nossas

empresas com 55 por cento de salário médio não conseguem ser competitivas, algo está muito mal na economia portuguesa.

Claro que temos um problema de eficiência, que é uma coisa diferente. Nós não vamos a lado nenhum com salários mais baixos e também não vamos a lado nenhum aumentando já os salários. Mas temos de ter a noção de que o nosso futuro é um futuro em que temos de ter condições para que os salários subam e não desçam ou fiquem estagnados.

Deste modo, temos de investir onde? Na competitividade, no custo, na eficiência. Fazer as coisas na dimensão certa e não em pequenino. Em Portugal há muito o culto do pequenino, o pequenino é muito pouco eficiente na maior parte dos casos. Portanto, desse ponto de vista, eu diria que a questão-chave é apostar nessas formas de competitividade em que a indústria não é fabricação, em que a indústria é levar ao mercado produtos sofisticados. Concebê-los e fabricá-los pode não ser muito importante. Fazê-los fabricar pode ser melhor solução se tivermos de concebê-los e de distribuí-los.

Depois, uma ideia-chave é o cuidado com esta moda da exportação. O conteúdo importado das exportações portuguesas ronda os 49 por cento. Portanto só 50 cêntimos em cada euro de exportação é que são valor acrescentado. Os outros 50 cêntimos são valor acrescentado noutras economias. É preciso ter cuidado, temos de aumentar muito o valor acrescentado. O valor acrescentado não é exportar produtos em bruto, é exportar valor e recursos endógenos que nós incorporamos nas exportações.

Depois é levar a sério tudo aquilo que tem a ver com o mundo rural, o mundo urbano, a qualidade de vida, com um conjunto de fatores que de alguma maneira possam ajudar a sociedade portuguesa a valorizar melhor os seus recursos endógenos, a preservar a natureza, a biodiversidade, a qualidade ambiental, a qualidade de vida como fatores relevantes.

Assim sendo, a conseguir conceber um desenvolvimento regional e local que tenham uma componente de povoamento, isto é, que tenham a componente de atratividade. Eu atualmente formulo as estratégias de desenvolvimento muito em torno de tornar aqueles territórios, grandes ou pequenos, poderosos ou fracos, em territórios atrativos para viver, para investir, para trabalhar, para visitar, para aprender, para estudar. E é disso que nós andamos atrás, e não propriamente de coisas que podem ser enunciadas de forma muito bonita mas que depois não têm qualquer existência.



# O PRODER nos territórios rurais

Nos primeiros tempos foi sobretudo um grande pesadelo para os investidores, mas desde 2010 que o PRODER tem vindo a assumir progressivamente aquela que sempre devia ter sido a sua função: ser o principal instrumento de apoio ao investimento na agricultura, agro-indústria, floresta e no desenvolvimento rural.

São os números que o dizem: até à data, 32.000 projetos aprovados, que representam um investimento superior a 6.700 milhões de euros e um potencial de postos de trabalho associados que ronda os 35 mil. São resultados particularmente impressionantes porque atingidos já em plena crise económica e num contexto de enorme constrangimento financeiro.

E esta dinâmica abrange, não apenas os investimentos do sector agroflorestal, mas

também os pequenos investimentos aprovados no âmbito da abordagem LEADER pelos Grupos de Ação Local (GAL), corresponsáveis juntamente com a Autoridade de Gestão do PRODER por gerir os recursos disponíveis no Programa para a dinamização das zonas rurais.

No âmbito da abordagem LEADER, o PRODER já aprovou mais de 3.600 novos projetos, que representam um investimento superior a 518 milhões de euros, aos quais estão associados mais de 5.600 postos de trabalho em zonas rurais. Com especial impacto na criação de microempresas, no turismo, nos serviços essenciais à qualidade de vida das populações rurais e na preservação do património.

Um resultado notável se pensarmos que, por razões externas aos GAL, a operacionali-

zação da abordagem LEADER no PRODER arrancou apenas em agosto de 2009.

A primeira lição a retirar é pois a de que é tempo de acabar com o preconceito generalizado de que não existe capacidade e vontade de investir no Mundo Rural. Estes indicadores constituem o reflexo do dinamismo dos GAL e traduzem o resultado de uma gestão alicerçada na proximidade, na descentralização e no apoio a pequenos investimentos, geradores de emprego onde este escasseia, inovação e competitividade.

Mas estes indicadores ilustram sobretudo o empreendedorismo que, com o apoio financeiro do PRODER, os territórios rurais souberam atrair, trazendo mão-de-obra qualificada, em muitos casos jovem, que apontou o caminho da reorientação do tecido

rural para soluções inovadoras, novos negócios e novas abordagens de atividades tradicionais, demonstrando que é possível abrir o Mundo Rural a outras atividades económicas além da agricultura, da agroindústria e da floresta, que constituem um complemento essencial da competitividade e do desenvolvimento desses territórios.

A inclusão, pela primeira vez, da Abordagem LEADER num programa com a lógica de programa operacional constituiu um corte profundo com o passado que, como é natural, implicou ajustamentos profundos, mas inevitáveis face à evolução dos fundos comunitários, por parte dos GAL.

É um caminho difícil, que ainda não terminou e que os GAL têm que continuar a percorrer, vencendo um desafio quase impossível: acompanhar as crescentes exigências que se colocam às entidades responsáveis pela gestão de financiamentos públicos, sem se transformarem em meros gestores da burocracia e sem perderem a sua especificidade, a sua lógica de parceria e a flexibilidade característica da sua atuação.

Deste exercício tem que resultar um salto qualitativo, com reflexos positivos nos territórios e essa é a responsabilidade que recai hoje sob cada GAL; é sobre o resultado desse exercício que terão que prestar contas, antes de mais, perante as populações dos territórios para os quais trabalham. Ter a possibilidade de gerir e canalizar financiamento público para a economia real das zonas rurais é – hoje mais do que nunca – um grande privilégio, mas é sobretudo uma grande responsabilidade.

Por outro lado, é desde já possível concluir que este casamento entre a abordagem LEADER e o Programa de apoio ao desenvolvimento rural tem também potencialidades óbvias e muito interessantes para ambas as partes: permitiu ao PRODER, para além de se afirmar como o instrumento financeiro por detrás do salto qualitativo que, nos últimos anos, foi dado pelo sector agro-florestal em todos os indicadores económicos, chegar de forma mais abrangente e transversal, mais próxima e descentralizada, à economia real dos territórios rurais; e permitiu aos GAL trabalhar, com maior

visibilidade e impacto, o extraordinário potencial que deriva da dinâmica da atividade agro-florestal, enquanto alavanca de outros investimentos e da competitividade das zonas rurais.

A avaliação desta sinergia assume particular relevância num momento em que está prestes a iniciar-se um novo quadro comunitário e o caminho até agora traçado pode e deve ser aprofundado e ajustado; mas qualquer que seja a evolução, há uma verdade irrefutável que se impõe: não há desenvolvimento sustentável sem complementaridade nas diversas abordagens.

Se é hoje incontornável – com uma força e uma unanimidade totalmente imprevisíveis até há bem pouco tempo – a importância do sector agro-florestal na economia nacional, não é menos verdade que um território rural não se desenvolve só com mecanismos financeiros de apoio ao setor primário e à competitividade das suas empresas, se estes não forem complementados com políticas públicas consistentes, que fixem as populações, que integrem as áreas da saúde, educação e cultura e que trabalhem o território em todas as vertentes; é do cruzamento adequado destas abordagens e das suas respetivas sinergias que surgem mais-valias sólidas para os territórios e é nessa complementaridade que se preserva e se projeta a identidade do Mundo Rural.



**Gabriela Ventura**  
Jurista, Gestora do PRODER.

# PROTAGONISTAS RESPONDEM A TRÊS QUES

- 1 Como avalia o impacto dos fundos comunitários nos territórios rurais desde a adesão à
- 2 Como integrar as lições dos programas anteriores na pre
- 3 Qual o papel dos Grupos de A



António Lucas

1 Avalio de forma muito positiva, porque tem sido uma alavanca fundamental para que o êxodo dos territórios rurais não seja muito mais intenso do que aquilo que é. Julgo que os fundos são fundamentais para os territórios rurais, para a manutenção da população no mundo rural, sob pena da desertificação ser total. Do lado negativo, destaco a burocracia associada a todos os fundos comunitários em geral e ao PRODER, em particular. É evidente que qualquer país para ser minimamente organizado tem de ter alguma burocracia, mas que baste. E nós exageramos ao nível da burocracia, o que desincentiva fortemente muitas micro empresas a recorrerem ao PRODER. Este é um fator que agora deve ser muito bem pensado ao longo da preparação do quadro estratégico comum 2014-2020, de forma a que obviamente exista a burocracia necessária para haver um controlo efetivo sobre os fundos públicos, para que não haja possibilidade de corrupção. Mas sem exageros, porque assim não há uma maximização dos fundos como deve existir.

2 Aprender com as dificuldades de implementação dos diversos LEADER, mitigando-as e eliminando “handicaps” que estão identificados. Não há nenhuma dificuldade em identificá-los, de modo a que os programas sejam mais eficazes. Por exemplo, os anúncios das candidaturas devem decorrer em contínuo e não por períodos. Segundo, a análise dos projetos deve ser individualizada, ou seja, à medida que os projetos entram são analisados, e se reúnem os requisitos são aprovados e avançam para investimento. Atualmente, o processo pode demorar quatro ou cinco meses, o que em qualquer investimento é

demasiado tempo. E neste período de crise isto ainda se acentua mais. Portanto, este tipo de situações tem de ser alterado profundamente.

3 Gostaria de assistir a um papel mais ativo em todos estes processos. Neste momento, somos pouco mais que intermediários e já tivemos um papel bem mais ativo e acho que isso devia regressar, porque os exemplos no terreno são positivos. Controlem os Grupos de Ação Local e libertem mais os promotores. E deem mais capacidade aos Grupos de Ação Local, já que eles conhecem o terreno e os territórios. Sabem quais são os investimentos fundamentais em cada um desses territórios e, portanto, é necessários dar-lhes mais capacidade. Só assim é que os Grupos de Ação Local podem ter uma atitude mais intensa, mais forte e mais proativa em relação à gestão do próprio território.

António Lucas é Presidente da ADAE – Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura e da Câmara Municipal da Batalha.



João Leal

1 Os fundos estruturais vieram dar ao país uma modernidade que não existia, pese embora alguns excessos cometidos em algumas infraestruturas e opções que foram feitas em termos de investimento em alguns setores. Acho que hoje temos um país completamente diferente do que era antes dos fundos comunitários. Hoje, vive-se no interior com uma capacidade de oferta e de nível de vida que seria impensável sem a existência dos fundos comunitários. Portanto, julgo que foi de grande utilidade a adesão e a consequente vinda dos fundos comunitários. Excessos houve, com certeza. Nas opções e na estratégia cometeram-se alguns erros, mas de facto o saldo é significativamente positivo.

2 Penso que existe uma multiplicidade de apoios que deviam ser modificados, quer na sua gestão quer no seu acesso. Com isto não digo que não seja exigido rigor na sua aplicação, mas o acesso aos fundos existentes pelas pessoas não é fácil. E portanto a primeira grande tarefa seria a simplificação dos apoios, ou seja, no acesso ou na forma de os gerir. Por outro lado, hoje temos conhecimentos e uma noção diferente das nossas necessidades e potencialidades. Esta é uma lição importantíssima para o futuro. Quando se estão a construir programas para o novo quadro comunitário, esse processo deve ter em linha de conta as especificidades de cada país e região.

3 Os Grupos de Ação Local têm uma existência já de algumas décadas, concretamente na gestão do LEADER, apresentando uma capacidade extraordinária de inovação. Os Grupos de Acção Local têm construído uma experiência ao longo de anos, de proximidade, de entreaajuda e capacidade de adaptação. São também determinantes nos fundos que se

destinam a pequenas infraestruturas, bem como no apoio às necessidades económicas dos territórios que outras estruturas existentes não têm. Estas outras estruturas não tiveram oportunidade de criar essa proximidade, o hábito do trabalho em rede, de ter uma capacidade de gestão local e responsabilidade local. Portanto, hoje os Grupos de Ação Local são reconhecidos por toda a gente como um porto seguro das iniciativas locais.

João Leal é Coordenador da LEADERSOR – Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sor.

# TÓPICOS SOBRE OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

UE?

preparação do próximo ciclo de programação?

ação Local para responder aos novos desafios para 2014-2020?



Miguel Freitas

1 Essa é a avaliação que falta fazer, de forma séria e aprofundada, não para respostas para mais um programa comunitário, mas para sabermos o que queremos verdadeiramente para o futuro desses territórios.

De uma forma sucinta eu diria que, apesar de muita coisa boa ter sido feita, os recursos aplicados foram escassos e a eficácia nem sempre a melhor.

Os indicadores não mentem e o que sabemos é que a maior parte das zonas rurais não conseguiram sustentar o despovoamento e a perda de rendimento, embora em muitos casos tenham melhorado o índice de qualidade de vida, através do investimento público e do investimento das organizações da economia social.

Fez-se muita coisa boa na valorização dos pequenos produtos, organizaram-se alguns mercados de proximidade, há um sentimento maior de autoestima, aspetos importantes e positivos dessa ação dos últimos anos.

Mas continua a haver uma enorme dispersão nas intervenções, uma fraca capacidade de captação de investimentos e um baixo nível de aproveitamento dos recursos.

2 Mais verbas para o interior e para as zonas rurais, para acelerar o ritmo de mudança, com uma orientação clara para a empresarialização e menos institucionalização. Falo disto há pelo menos uma década. Precisamos de uma programação conjunta mais descentralizada dos fundos agrícolas e não-agrícolas, e uma gestão local integrada, e sou defensor de projetos aglutinadores, que permitam dar escala e diversificação na sua aplicação e ser geradores de emprego.

3 Apresentei um trabalho às ADL na preparação do PRODER em que discordava da reticulação do território e da atribuição de tarefas de mera intermediação aos Grupos de Ação Local, considerando que o trabalho destes agentes é fundamental e deve trazer maior valor acrescentado para lá do conhecimento e da proximidade local. Sei que isso não foi bem aceite. Mas continuo a pensar da mesma maneira e creio que se nada for feito para mudar, essa será a fórmula que levará à menorização da atividade dos GAL e à sua absorção ou substituição no futuro por outros agentes mais fortes do ponto de vista político ou com maior capacidade de adaptação técnica.

Para fortalecer a sua ação, os GAL devem passar de uma lógica difusa para uma lógica de especialização, de uma lógica burocrática e de animação dos territórios para uma lógica de planeamento e captação de mais investimentos, dentro e fora dos territórios, com estratégias diferenciadoras, ritmos e forma de intervenção distintos, em função de projetos concretos. E devem ser capazes de assumir, em alguns casos, projetos de dimensão regional.

Miguel Freitas é deputado do Partido Socialista e Coordenador do PS na Comissão de Agricultura e Mar.



João Dinis

1 Há impactos que são positivos e há impactos que são negativos. Do lado positivo, os fundos comunitários serviram para modernizar as explorações agrícolas, a própria agro-indústria e melhorou-se a produção nacional. Houve também ajudas específicas para as regiões de montanha e outras desfavorecidas, o que também é um impacto positivo. O lado mais negativo prende-se com as ajudas públicas no chamado regime de pagamento único que, aliás, está em vigor, e com o qual se têm atribuído muitos subsídios públicos sem a obrigatoriedade de produzir. Isto leva ao abandono das produções e a esbanjar muito dinheiro público, em época de crise económica financeira e alimentar. Outro impacto bastante negativo é a concentração do grosso das ajudas públicas. Ou seja, 95 por cento do total dos dinheiros públicos atribuídos à agricultura portuguesa, nos últimos 30 anos, foram parar ao bolso dos maiores proprietários da grande agroindústria e para os agronegócios. Como consequência, o mundo rural tem sido arruinado e desertificado. Dá-se o êxodo das populações rurais para as cidades, aumentando aí os problemas sociais.

2 Se estas opções em matéria de políticas agrícolas deram mal resultado, então é necessário definir e aplicar outras e melhores políticas agrícolas e de mercado. Por exemplo, ajudas públicas atribuídas com critérios de maior justiça social, prioritariamente à produção nacional, às pequenas explorações, aos mercados locais e de maior proximidade. Ou seja, inverter para esta linha de prioridades. Depois, voltar a ligar as ajudas à produção, embora reduzidas por escalões e plafonadas, com tetos de limites máximo por agricultor, evitando

assim que os grandes proprietários do agro-negócio acabem por embolsar a grande parte das ajudas.

Deve também ser dada prioridade às políticas agrícolas viradas para a produção nacional e destinadas ao consumo interno. Ou seja, inverter o que acontece agora: toda a prioridade vai para a exportação. Aliás, a prioridade ameaça agora ser dada à floresta de monocultura, de eucalipto, que está para ser indiscriminada. Numa crise alimentar aguda – e de repente podemos lá estar – não vamos comer rama de eucalipto.

3 Os Grupos de Ação Local têm a sua melhor característica na sua própria diversidade e na proximidade em relação aos territórios e às populações. Portanto, tudo o que seja possível fazer para minimizar os efeitos mais negativos sobre os territórios, sobre as pessoas, é bem vindo. Mas é sobretudo importante que os próprios Grupos de Ação Local intervenham e possam convergir com outras organizações e setores sociais, para a definição das políticas agrorurais. Só assim podemos alterar este rumo desastroso para o qual Portugal e o mundo rural estão a ser empurrados, também por causa das linhas orientadoras principais das PAC destes anos todos.

João Dinis é Membro da Direção Nacional da Confederação Nacional da Agricultura.

# UMA ROTA POR VULCÕES, CALDEIRAS E LAGOAS NOS

Beleza adormecida



Caldeirão, ilha do Corvo

Moniz. Nesta gruta, os visitantes podem descer até aos 100 metros de profundidade e deslumbrarem-se com o seu teto em abóboda de onde pendem estalactites de síli-

Corvo



10 Fajã Lávica, ilha do Corvo

Esculpidas pelos vulcões, as ilhas dos Açores oferecem uma riqueza natural e paisagística ímpar, consideradas como um dos melhores destinos verdes de toda a Europa. Aqui, vai encontrar paisagens arrebatadoras, escarpas de cortar a respiração, fauna e flora únicas e, claro, os imponentes vulcões que encerram toda a força e todos os mistérios da natureza.



Flores

A ilha Terceira pode ser conhecida pelo valor geoestratégico da Base das Lajes ou pela relíquia do seu património, em Angra do Heroísmo. Mas aqui a herança vulcânica também é protagonista, moldando a paisagem de forma impressionante e espetacular, ao longo de milhares de anos. No mundo subterrâneo, entre sem receio nas profundezas do 1 Algar do Carvão, localizado num vulcão adormecido, na Caldeira Guilherme

ca, as maiores do Mundo. A Associação Os Montanheiros, através um projeto apoiado pelo LEADER/PRORURAL, ajuda-o a explorar e a conhecer todos os segredos deste que é classificado como Monumento Natural Regional.

Ainda na ilha Terceira, não deixe de visitar um dos vulcões considerados ativos (ou seja, com registo de atividade nos últimos 10 mil anos), o 2 Vulcão de Santa Bárbara, com uma extensão de 15 quilómetros. O interior da caldeira apresenta um verdadeiro tesouro natural, graças a uma grande diversidade de espécies e habitat protegidos.



11 Moinhos de Vento do Corvo

Na ilha de São Miguel é incontornável a visita ao 3 Vulcão das Furnas, palco de uma das maiores erupções desde que o território é povoado, há mais de 300 anos, e que chegou mesmo a tapar o sol com enormes nuvens negras. Mesmo adormecido, o vulcão regista uma atividade que salta à vista de todos, com as suas fumarolas, águas termais e minerais. A lagoa vulcânica, na caldeira do vulcão, impressiona pela sua grandeza.

De seguida, parta à descoberta de uma das Sete Maravilhas Naturais de Portugal, a 4 Lagoa das Sete Cidades, que ocupa o interior do vulcão com o mesmo nome. O visitante que aqui chega sente-se parte de um dos mais belos postais do arquipélago e percebe porque é que o local merece tanto destaque nas capas de revista.

Não deixe a ilha de São Miguel sem experimentar os famosos biscoitos e bolos lêvedos. A 5 Cozinha da Avó, que beneficiou do apoio LEADER, na freguesia do Faial da Terra, concelho de Povoação, é uma pastelaria



8 Península do Capelo, Faial



6 Lajido de Santa Luzia, Pico



em que os pode adquirir para provar e, quem sabe, levar alguns para oferecer.

A ilha do Pico ergue-se imponente no centro de todo o arquipélago, ou não fosse dona do ponto mais alto de Portugal, com mais de 2 300 metros de altitude. É a ilha mais nova de todo o arquipélago, contando apenas com 300 mil anos de idade, mas que imprimiram marcas profundas da atividade vulcânica. Propomos uma visita aos “lajidos” que são campos de lava bem preservados e de grande beleza, resultantes de erupções de natureza basáltica pouco explosiva. Um destes pontos, a não perder, é o 6 Lajido de Santa Luzia, onde se formaram escoadas de lava muito fluidas emitidas do cume do vulcão da Montanha do Pico. Aproveite para apreciar o trabalho de requalificação de toda a zona costeira, que recebeu o apoio



9 Parque Campismo do Capelo

do LEADER. Não deixe de fazer uma pausa, respirar fundo e sentir o pulso da Natureza, num dos parques de lazer no lugar do Lajido, também criados com o apoio deste programa. São Roque é o cenário ideal para longas caminhadas em contacto com a natureza, aproveitando os cinco trilhos pedestres recuperados



Ilha do Pico



1 Algar do Carvão, Terceira



1 Algar do Carvão, Terceira



2 Vulcão de Santa Bárbara, Terceira

com o apoio do LEADER. Mas se lhe apetece algo mais radical, pode embrenhar-se por cones vulcânicos, crateras e lagos, na companhia da

7 **Turispico**, projeto apoiado

ao mar 2,4 quilómetros quadrados de terra. No Faial, foi mesmo criado o Trilho dos 10 Vulcões, o maior dos Açores, com 27 quilómetros de extensão, em pleno Parque Natural. Mas se o tempo for curto, não deixe de visitar pelo menos a 8 **Península do Capelo**. Neste passeio, percorra alguns dos antigos cones vulcânicos que estiveram

verde das pastagens misturado com o tom preto das pedras, numa geografia única em todo o arquipélago: che-

o famoso Caldeirão, que resultou do colapso do topo do vulcão central do Corvo. O litoral impõe-se alto e escarpado, sinal de que por aqui não há atividade vulcânica. Com exceção da 10 **Fajã Lávica da Vila do Corvo**, a superfície plana da ilha onde se ergue o único povoado e local de passagem obrigatório para todos os visitantes. Foi precisamente aqui que se registou a última atividade vulcânica, há milhares de anos, cujas lavas basálticas emitidas do Morro da Fonte formaram



4 Lagoa das Sete Cidades

na origem desta península, como o Cabeço do Fogo, centro da primeira erupção histórica da ilha, em 1672, ou o Cabeço Verde, com a sua impressionante gruta vulcânica de 55 metros de profundidade, conhecida como Furna Ruim. Para pernoitar, nada melhor do que o 9 **Parque Campismo Rural do Capelo**, renovado com o apoio do LEADER, onde pode continuar a desfrutar da natureza do Faial e contemplar as paisagens deslumbrantes, no novo miradouro.

A remota ilha do Corvo cativa os visitantes com o

gou à “ilha-vulcão” formada por um só edifício vulcânico, com uma caldeira no topo,

toda a área. Encante-se com a simplicidade da Vila do Corvo e recue no tempo graças aos 11 **Moinhos de Vento** totalmente recuperados e em funcionamento, com o apoio do LEADER.



7 Turispico

pelo LEADER, que lhe proporciona passeios únicos e inesquecíveis.

Do Pico avista-se a ilha do Faial, onde os vulcões têm aqui a sua expressão máxima. Ainda na memória dos portugueses, está a erupção do vulcão dos Capelinhos, em 1957, que durante longos meses foi palco de grandes explosões, densas nuvens de vapores de água e cinzas negras, para espanto de todos. Sempre em mutação, a ilha conquistou



3 Vulcão das Furnas



5 Faial da Terra, São Miguel

Graciosa



Terceira



São Jorge



7

São Miguel



Santa Maria



[www.azoresgeopark.com](http://www.azoresgeopark.com)  
[facebook.com/Geoacores](https://facebook.com/Geoacores)

O Geoparque Açores integra a Rede Europeia de Geoparques, criada em 2000 por quatro Geoparques, contando, desde 2001, com o apoio da Unesco. Atualmente, a Rede Europeia de Geoparques inclui 49 territórios dispersos por 18 países.

O Geoparque Açores é constituído pelo conjunto de geossítios existentes nos Açores, dispersos pelas nove ilhas e zona marinha envolvente.

A Geo Açores – Associação Geoparque Açores, com sede na cidade da Horta (Faial) e delegações em todas as ilhas, criada em 2010, é a entidade que gere o Geoparque, promovendo a sua conservação e divulgação, sendo constituída pelo Governo Regional dos Açores e pelas ADL:

**ADELIAÇOR – Associação para o Desenvolvimento Local das Ilhas dos Açores**  
Rua do Pasteleiro s/n  
Angústias  
9900-069 Horta  
T. 292 200 360  
[www.adeliacor.org](http://www.adeliacor.org)  
[www.facebook.com/adeliacor](https://facebook.com/adeliacor)  
[adeliacor@sapo.pt](mailto:adeliacor@sapo.pt)

**ARDE – Associação Regional para o Desenvolvimento**  
Rua Manuel Inácio Correia,  
73, 1.º Esquerdo  
9500-087 Ponta Delgada  
T. 296 281 133/4  
[www.arde.pt](http://www.arde.pt)  
[arde.azores@mail.telepac.pt](mailto:arde.azores@mail.telepac.pt)

**ASDEPR – Associação para o Desenvolvimento da Promoção Rural**  
Gaveto da Rua do Espírito Santo,  
n.º 11 B, Rosário  
9560-079 Lagoa  
T. 296 965 768  
[www.asdepr.com.pt](http://www.asdepr.com.pt)  
[asdepr.isabel@mail.telepac.pt](mailto:asdepr.isabel@mail.telepac.pt)

**GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional**  
Rua do Hospital, 19  
9760-475 Praia da Vitória  
T. 295 902 067 / 068  
[www.grater.pt](http://www.grater.pt)  
[grater@grater.pt](mailto:grater@grater.pt)



## Herbário Comunitário dos Prazeres

**“Sem o apoio do LEADER não conseguiríamos concretizar este projeto.”**

Padre Rui Fernando Nunes de Sousa, promotor do projeto.

O Herbário Comunitário é um projeto implantado na freguesia dos Prazeres com o objetivo de expor informação científica da área da botânica e, sobretudo, disponibilizá-la para estudos que se debrucem sobre a diversidade ambiental e ecológica da Madeira.

O projeto, apoiado pela ADRAMA no âmbito do LEADER/PRODERAM, nasceu da presença na freguesia de um padre de 85 anos, Manuel de Nóbrega, de renome internacional, que deixou uma importante herança científica, como a descoberta de várias espécies botânicas na região da Madeira. A ideia foi tentar preservar parte do seu conhecimento e saber através de uma exposição de algumas dessas plantas.

Para concretizar o projeto, decidiu-se instalar o herbário na quinta pedagógica já existente na freguesia, onde se montou uma exposição permanente que retrata o património vegetal e ambiental da região. Esta exposição dá a conhecer aos visitantes as características de cada planta, os elementos químicos e o propósito da utilização de cada planta na medicina tradicional.

Revelou-se também necessário recuperar um edifício antigo com características arquitetónicas tradicionais madeirenses que estava ao abandono, tendo-lhe sido conferida uma linguagem arquitetónica mais moderna, dando ao espaço uma presença única e marcante no território rural, que ilustra a conciliação dos elementos modernos com os tradicionais, da inovação com a ruralidade.

Localização	Calheta
Data da candidatura	2011
Investimento total	70.900,00 EUR
Comparticipação LEADER	72%
Postos de trabalho criados	1



## Restaurante O Pescador do Guadiana

**“Mudou tudo. Foi espetacular, porque nem tinha crédito dos bancos. Foi tudo graças ao LEADER.”**

Sérgio Valente, proprietário.

Perfeitamente enquadrado nas margens do rio, ergue-se o restaurante O Pescador do Guadiana, com vista privilegiada, porto seguro de peixe fresco e já famoso pela lampreia. É o próprio dono quem vai à pesca todos os dias, seguindo a tradição da sua família de pescadores. Há muito que Sérgio Valente tinha o sonho de criar um restaurante só com o peixe de rio, pescado por si, e assegurar um futuro para a família. Até que decidiu arriscar e candidatar o seu projecto ao LEADER.

Sérgio Valente confessa que no início a candidatura foi um “bicho-de-sete-cabeças”, porque desconhecia todos os procedimentos. Mas informou-se e com a ajuda da Associação TERRAS DO BAIXO GUADIANA conseguiu que o seu projecto fosse apoiado. Com o financiamento “mudou tudo, foi espectacular, porque nem tinha crédito dos bancos”, conta. Hoje é dono de um reputado restaurante de peixe de rio, muito visitado por turistas que chegam de barco, graças ao cais que o proprietário ali construiu. É mesmo o único restaurante entre Mértola e Alcoutim.

Depois deste caso de sucesso, Sérgio Valente sentiu-se motivado para desenvolver mais um projeto, agora de turismo rural. E também já recebeu luz verde do LEADER para avançar para a Casa do Campo de Penha da Águia, aproveitando a beleza natural das margens do Guadiana.

Localização	Mértola
Data da candidatura	2005
Investimento total	115.843,96 EUR
Comparticipação LEADER	50%
Postos de trabalho criados	2



## Terrinchas – Ovelhas churras

**“Se não fosse o projeto, nunca tinha conseguido. Nem pensar nisso.”**

Bruno do Nascimento Paiva Cordeiro, promotor do projeto.

Bruno Cordeiro dedicava-se à agricultura e, depois de terminar o curso, decidiu ir mais longe e ajudar a preservar as práticas agrícolas da sua região, Torre de Moncorvo. Como já tinha terras, precisava apenas do apoio para comprar equipamentos e alguns animais para apurar a raça autóctone de ovinos, a raça churra.

Aventurou-se e, através da associação DOURO SUPERIOR, concorreu ao LEADER+, com o projeto Terrinchas que pretendia valorizar a agricultura e preservar a raça autóctone. Com o investimento obtido, a exploração agrícola de Bruno Cordeiro ganhou um novo fôlego: hoje são mais de 140 ovelhas, dez machos de raça churra da terra quente e todos os meios necessários para o manejo do rebanho com as melhores condições. A aquisição dos equipamentos e arranjos no curral permitiram a rentabilização da exploração e um manejo mais rápido dos ovinos. De pequeno agricultor, Bruno Cordeiro tornou-se num jovem empresário agrícola de sucesso, graças ao LEADER+.

O projeto Terrinchas constitui um exemplo de preservação da pastorícia tradicional, numa altura em que o país é inundado com raças estrangeiras. Bruno Cordeiro afirma “que a agricultura de subsistência é pouco rentável e poucos são os que querem continuar a atividade. No entanto, há mais-valias. É disto que agora vivo, juntamente com a produção do leite, borregos, lãs e tapetes.”

Localização	Torre de Moncorvo
Data da candidatura	2002/2004
Investimento total	56.804,78 EUR
Comparticipação LEADER	50%
Postos de trabalho criados	1